

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

**DOSSIÊ**

## AFEGANISTÃO

A Nova Estratégia do Imperialismo Americano



Pista do aeroporto de Kabul, 16 de Agosto

### França

Factos de que os defensores da IV<sup>a</sup> Internacional devem tomar conhecimento

### Portugal

Uma contribuição do Movimento Alternativa Socialista

### Há 150 Anos

A Comuna de Paris (1871)



## Índice

---

### Dossiê

---

- Notas Editoriais: o Afeganistão e a nova estratégia  
Do imperialismo americano Página 3
- Carta de Kabul (23 de Agosto) Página 11
- Onde saíram os talibãs?  
Documento da Secção Paquistanesa da IVª Internacional Página 12
- Estados Unidos  
Declaração de Socialist Organizer sobre o discurso de Biden  
acerca da retirada das tropas americanas do Afeganistão Página 13
- Um acordo entre os Estados Unidos e os Talibãs contra o povo  
e as mulheres do Afeganistão Página 16
- Balizas para a história recente do Afeganistão Página 18

### Análise

---

- Factos de que os defensores do Programa da IVª Internacional  
devem tomar conhecimento Página 23
- Vírus, Pandemia, Vacina...  
O que merece discussão e o que não a merece Página 29

### Discussão

---

- Notas sobre o *Manifesto de Alarme*  
do Movimento Alternativa Socialista (MAS) de Portugal Página 31

### História

---

- A Comuna de Paris de 1871: História, Significado, Actualidade Página 36
- A teoria marxista do Estado e as lições da Comuna Página 36
- A obra emancipadora da Comuna Página 39

- 
- México Homenagem ao nosso camarada Misael Palma López Página 42
- 

Os acontecimentos levaram à saída do número de Agosto em Setembro,  
do que pedimos desculpa aos leitores.

### **A Internacional**

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição  
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

### Aviso

---

*A Internacional* é a revista teórica  
e de informação política do CORQI  
(Comité de Organização pela Reconstituição  
da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de  
debate livre no quadro do que são os princípios  
próprios da IVª Internacional.

---

Os artigos assinados publicados nesta revista  
reflectem a opinião dos seus autores. Não  
vinculam necessariamente a redacção da revista.

---

# O Afeganistão e a Nova Estratégia do Imperialismo Americano

A Internacional publica o presente dossiê dedicado ao Afeganistão. O dossiê compreende notas editoriais que focam o significado dos acontecimentos do mês de Agosto de 2021, uma carta de Kabul, um documento da secção paquistanesa da IVª Internacional, uma declaração de *Socialist Organizer* (Estados Unidos), um documento sobre a questão das mulheres e algumas balizas para a história recente do Afeganistão.

## O significado da retirada das tropas da NATO do Afeganistão

**O**S ACONTECIMENTOS de Agosto de 2021 no Afeganistão têm um significado internacional. O acordo celebrado entre a administração Trump e os talibãs em Fevereiro de 2020, integralmente posto em prática pela administração Biden, a retirada das tropas da NATO e o desmoronamento do regime fantoche de Ashraf Ghani em poucos dias, a entrada dos talibãs em Kabul no dia 15 de Agosto, representam uma viragem na estratégia do imperialismo americano para o resto do mundo. Originam, do mesmo



Aeroporto de Kabul, 16 de Agosto de 2021

passo, a primeira crise séria que a administração Biden tem que enfrentar: “*um muro no estômago*” e “*a maior crise de Biden*”, segundo a cadeia CNN (29 de Agosto de 2021).

Os trabalhadores conscientes que procuram compreender esta crise, as suas causas e consequências, devem guiar-se por uma bússola: a da luta de classes. O sistema capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, chegado, há mais de cem anos, ao seu estágio supremo (o imperialismo), já deu o que tinha a dar. Em crise profunda, acelerada pela pandemia, só consegue sobreviver destruindo cada vez mais forças produtivas, a começar pela força de trabalho. Nesta crise, o mais poderoso dos imperialismos, o capital financeiro dos Estados Unidos da América, enveredou por uma ofensiva mundial contra os trabalhadores e os povos para tentar restaurar as suas margens de lucro – se for preciso, à custa das outras potências imperialistas. Para isso, o capital financeiro tem de arremeter brutalmente contra o valor da força de trabalho: tal é o sentido de todas as medidas da ofensiva anti-operária em anda-

mento em cada país (despedimentos, redução de salários, sobre-exploração, cancelamento das conquistas arrancadas pelos trabalhadores: sistemas de protecção social, de aposentação; destruição dos serviços públicos de saúde, ensino, etc.).

Esta ofensiva mundial compreende ainda o intento de destruir uma conquista específica dos trabalhadores: a propriedade estatal na China, produto deformado da vaga revolucionária que expulsou os capitalistas da China em 1949. Propriedade estatal que subsiste apesar da política da burocracia, apontada à restauração do capitalismo. Se, na sequência de Obama e depois de Trump, a administração Biden continua e agrava a pressão económica, política, diplomática e militar sobre a China, é porque, tal como escrevemos no *Manifesto de Alarme* adoptado pela terceira conferência internacional do CORQI (em Novembro de 2020), para o imperialismo “*não é tolerável (...) que esta economia de enormes dimensões possa ser controlada por outra coisa que não a necessidade de lucro e, portanto, as necessidades do próprio imperialismo americano.*”

## ● NOTAS EDITORIAIS



*Para a IVª Internacional, é claro que a ofensiva do imperialismo americano tem como objectivo levar até às últimas consequências o desmantelamento da propriedade do Estado na China, como fez outrora com a União Soviética. Se conseguir, será um golpe fortíssimo não apenas contra o proletariado chinês, mas contra o proletariado mundial.”*

Daí concluindo o *Manifesto de Alarme*: “É por isso que a IVª Internacional se pronuncia pela defesa incondicional da China contra o imperialismo americano. Incondicional significa sem pôr “condições” à burocracia. Nesse apoio não cabe, com efeito, a mínima ilusão de que esteja atribuída à burocracia uma missão historicamente progressista. A resistência da classe operária chinesa põe no centro a exigência da democracia. É por isso que a IVª Internacional, incondicionalmente favorável à defesa da propriedade do Estado na China, não confia nenhuma missão histórica à burocracia, considerando que a forma mais segura de preservar as conquistas da revolução de 1949 é o combate através do qual a classe trabalhadora chinesa, com todas as suas componentes, procura impor o seu direito de se organizar e de construir as suas organizações independentes. É no terreno da sua independência (inclusive do aparelho de Estado burocrático) que a

*classe trabalhadora chinesa conseguirá preservar as suas conquistas. Para a IVª Internacional, o destino dos trabalhadores chineses é indissociável da luta de classes internacional.”*

### **Nas passadas de Trump, Biden prepara a sua guerra contra a China**

O *Manifesto de Alarme* do CORQI, redigido exactamente quando se desenrolavam as eleições presidenciais americanas de Novembro de 2020, afirmava: “Biden, o sucessor de Trump, não vai fazer marcha atrás na afirmação e vontade de expansão do poder económico do capital financeiro dos Estados Unidos.” Pelo contrário, impor-se-á a “necessidade que o novo presidente eleito sentirá de defender por todos os meios necessários os interesses específicos do capitalismo americano.”

Escusado será dizer que era bem diferente o discurso que, nessa altura, se ouvia à “esquerda”. Depois da era de Trump, das suas palhaçadas, provocações e arrogância em nome da “America first”, a subida à Casa Branca de um presidente do Partido Democrático ia mudar tudo. Biden, diziam-nos, ia restaurar o “multilateralismo”, reintegrar a primeira potência mundial nas instituições internacionais, escutar mais os seus “par-

ceiros”. A este género de discurso seguiu-se, após a entronização de Biden, um concerto de louvores e aplauso aos planos de recuperação da administração Biden de despejar biliões de dólares em “apoios à economia” americana. Entre numerosas posições deste jaez cite-se a de *L’Humanité*, jornal do Partido Comunista Francês, extasiado com a “viragem à esquerda de Joe Biden” (23 de Fevereiro). Nos próprios Estados Unidos, ouviam-se dirigentes sindicais de primeiro plano, a exemplo do presidente da AFL-CIO, Richard Trumka (entretanto falecido) a falar do “presidente mais pró-trabalhadores desde Lyndon Johnson” (12 de Janeiro).

Escreve-se este artigo no exacto momento em que, após a partida de Kabul do último soldado americano, Biden acaba de proferir um discurso, no dia 31 de Agosto. Três quartos do discurso de Biden serviram para elogiar os méritos do exército americano, da diplomacia americana, da estratégia americana, da tecnologia americana. Nem uma palavra, nem um raio de uma palavra para os seus “aliados” em vinte anos de ocupação do Afeganistão – as grandes potências imperialistas europeias e o Japão –, nem uma palavra para a NATO, para a União Europeia, apenas uma fugitiva referência ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tirando o estilo, foi um discurso que Trump podia ter proferido. Conforme recapitulou o secretário-geral da NATO, “a nossa missão era proteger os Estados Unidos, não o Afeganistão, e foi isso que fizemos” (*El País*, 25 de Agosto de 2021).

Biden expôs, em poucas frases, no que consiste a nova estratégia do imperialismo americano: “A ameaça do terrorismo mantém-se e mantém a sua natureza perniciosa e maligna. Mas ele mudou, alastrou a outros países. Também a nossa estratégia tem de mudar. (...) E há uma coisa que é crítico compreender: o mundo está a mudar. Estamos metidos numa concorrência séria com a China. Enfrentamos desafios com a Rússia em múltiplas frentes. Confrontamo-nos com ciber-ataques e proliferação nuclear. Temos que apoiar a competi-

*tividade americana para enfrentar estes desafios na competição pelo século XXI. Podemos fazer ambas as coisas: combater o terrorismo e enfrentar novas ameaças que apareceram agora e continuarão no futuro. E de nada a China ou a Rússia mais gostariam nesta competição do que de manter os Estados Unidos atolados no Afeganistão por mais uma década. Ao virarmos a página da política externa que pautou a nação nas últimas duas décadas, temos de aprender dos nossos erros.”*

### Entretanto, em Caracas e Telavive...

Passou quase despercebido um acontecimento concomitante com a retirada das tropas americanas do Afeganistão, na aparência sem relação com ela. Só que ele permite deitar luz sobre as declarações de Biden, em nome do capital financeiro dos Estados Unidos, quando, no seu discurso, acrescentou o seguinte: *“Esta decisão para o Afeganistão não diz respeito ao Afeganistão. Estamos a pôr termo a uma era de operações militares em grande escala destinadas a remodelar outros países.”*

O acontecimento em questão foi o anúncio da “oposição” venezuelana (notória e publicamente financiada e instrumentalizada por Washington) de que participaria nas eleições, rompendo com anos de estratégia de confrontação com o

governo Maduro – e, antes, Chávez. Mera coincidência?

Não. *“A nossa estratégia mudou”*, disse Biden na continuidade de Trump. Isto *“não diz respeito só ao Afeganistão”*. O imperialismo americano procede a uma reafecção global das suas forças no mundo. Reafecção que põe em questão uma série de compromissos do período anterior... para se concentrar no essencial: deitar abaixo a propriedade estatal na China e abrir completamente esse imenso mercado à pilhagem imperialista, dando ao capital financeiro norte-americano o balão de oxigénio de que carece. E, no imediato, exercer pressão tal sobre a burocracia chinesa, que esta se veja obrigada a fazer concessões significativas.

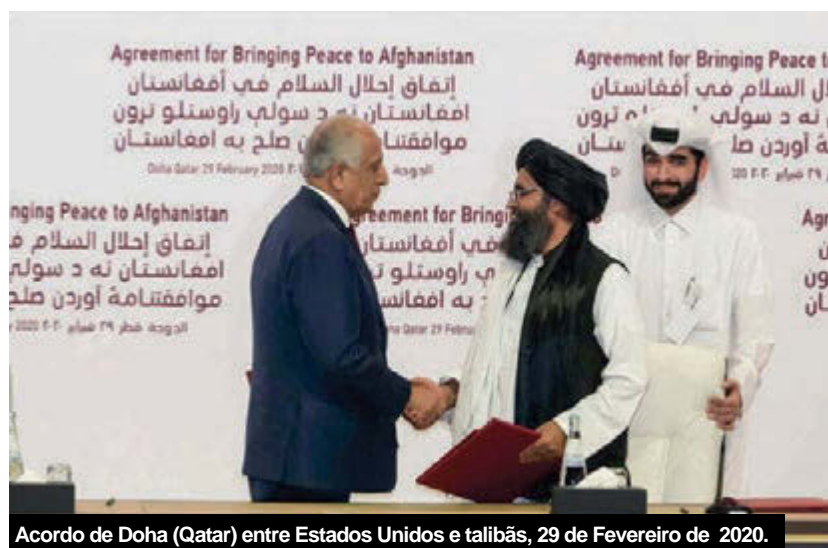
Houve quem percebesse o perigo... Em visita oficial aos Estados Unidos, o primeiro-ministro israelita Naftali Bennett foi recebido por Biden no dia 26 de Agosto. Chefe de um governo que é uma manta de retalhos constituída após a queda de Netanyahu, a braços com a revolução palestina que acaba de se manifestar de novo na sublevação unida do povo palestino em Maio de 2021, afirmando a sua unidade do Mediterrâneo ao Jordão, Bennett ficou preocupado. Irá o Estado de Israel, que, desde que foi criado, sobrevive unicamente dos subsídios que Washington lhe concede, ficar a perder com esta *“nova estratégia”*?

O *Times of Israel* (de 26 de Agosto) procura passar entre os pingos da chuva: citando, a coberto do anonimato, “um alto responsável americano”, afirma que a retirada das tropas do Afeganistão não significa uma desvinculação do Médio Oriente. *“Pelo contrário, o fim do compromisso militar americano no Afeganistão libertará recursos e meios e acabará por nos permitir apoiar melhor os nossos parceiros, como Israel.”* Pois, pois... seja como for, nas altas cúpulas do Estado sionista, exprime-se publicamente a preocupação.

### O acordo de Doha de 29 de Fevereiro de 2020

Voltando ao Afeganistão, uma coisa é certa. A retirada dos Estados Unidos do país que ocupavam há vinte anos não é um trovão em céu sereno. Há mais de dez anos que as sucessivas administrações americanas (Obama, Trump, depois Biden) entabularam conversações de “paz” com os talibãs no Afeganistão. Conversações que serviam para ditar condições da retirada das tropas da NATO – permitindo, assim, reafectar o arsenal militar americano para a China – aceitáveis para o imperialismo americano (em perfeita continuidade entre Trump e Biden, repita-se). As conversações de “paz” entre a administração americana e os talibãs aceleraram nos últimos meses da presidência Trump, culminando na assinatura de um acordo entre os representantes da Casa Branca e dos talibãs, em 29 de Fevereiro de 2020, em Doha (Qatar). De que reza o acordo? Na continuidade da já antiga instrumentalização dos talibãs por Washington, o acordo indica que as forças da NATO abandonarão o Afeganistão em 1 de Maio de 2021 (data mais tarde adiada para 31 de Agosto de 2021), contanto que os talibãs, que detinham já o controlo de 80% do território afegão, se comprometessem a salvaguardar os interesses americanos na região.

A retirada das tropas americanas e da NATO que se perpez em



Acordo de Doha (Qatar) entre Estados Unidos e talibãs, 29 de Fevereiro de 2020.

## ● NOTAS EDITORIAIS

&gt;&gt;&gt;

31 de Agosto de 2021 não é, por conseguinte, fruto de uma “derrota” do imperialismo e da NATO face aos talibãs. Não houve “queda de Kabul” no dia 15 de Agosto de 2020 como houve queda de Saigão no dia 30 de Abril de 1975, culminar da derrota infligida ao imperialismo americano pela luta revolucionária do povo vietnamita. Apareceram por aí correntes políticas (entre elas, algumas que se reclamam trotskistas) a afirmar que a entrada dos talibãs em Kabul era uma “derrota do imperialismo”. Os factos demonstram que não é assim e que essas correntes estão, na melhor das hipóteses, a tomar os seus desejos por realidades, ou então a mentir deliberadamente aos trabalhadores.

É evidente que a retirada revestiu a forma de uma debandada que teve fumos de bofetada à administração Biden, amarfanhando seriamente a “omnipotência da América”. Isso não faz, contudo, dela uma derrota, porquanto a conclusão de vinte anos de ocupação foi “negociada” durante meses com os talibãs, ainda que, na prática, a concretização final do acordo tenha acabado por escapar aos seus negociadores, que o haviam fechado no propósito de arrimar o domínio mundial do imperialismo americano.

A verdade é que os imperialistas americanos ofereceram Kabul aos talibãs numa bandeja, em troca do compromisso da direcção talibã de proteger os interesses americanos na região. Os nossos camaradas do Afeganistão e do Paquistão – cujos documentos se podem ler neste dossiê – têm toda a razão em recordar que, a começar pela sua “fabricação” pelos serviços do regime militar paquistanês nos anos noventa, os talibãs são uma criação do imperialismo. No dia 30 de Agosto, o secretário de Estado americano Blinken declarava: “Os talibãs querem legitimidade e apoio internacionais. A nossa mensagem é que legitimidade e apoio se merecem. Os Estados Unidos trabalharão com os talibãs se eles respeitarem os seus compromissos”. Enquanto isso, o porta-voz dos tal-

ibãs, Zabihullah Mujahid, reiterava: “Queremos boas relações com os Estados Unidos e com o mundo.”

### Foco de instabilidade nos confins do Xinjiang

A restauração do poder dos talibãs em Kabul faz parte, no mais, do guião americano para a China. Embora esta só tenha setenta quilómetros de montanhosa fronteira comum com o Afeganistão, com o retorno dos talibãs a Kabul a China vê-se ante uma “ameaça de instabilidade na sua fronteira”, como escreve o *Washington Post*. O diário australiano *Sydney Morning Herald* (29 de Agosto) desenvolve: “Se bem que a China se regozije ostensivamente com a retirada americana, (...) a retirada preocupa muito, na verdade, os dirigentes chineses. Vêm nela três grandes inconvenientes: os Estados Unidos deixam de ser o inimigo que os afegãos combatem; os Estados Unidos não garantem a segurança do Afeganistão, o que permitiria à China desfrutar de uma certa liberdade de acção no país; e Pequim suspeita, talvez por boas razões, que os Estados Unidos fomentem no Afeganistão um sentimento antichinês e agitação no Xinjiang. (...) [os Estados Unidos] passam a poder agulhar a ira dos extremistas afegãos contra a China e a perseguição que ela faz ao povo uigur do Xinjiang.” Há já vários anos que a burocracia chinesa responde, com efeito, às aspirações linguísticas, culturais e democráticas dos uígures (população muçulmana turcófona de 12 milhões de homens e mulheres que povoam a região chinesa de Xinjiang) com a mesma brutalidade burocrática com que trata todas as aspirações democráticas dos trabalhadores e do povo chinês. E o imperialismo americano anda há anos a tentar manipular as legítimas aspirações dos uígures para fazer delas um factor de instabilidade para a China.

Ora, com o regresso dos talibãs à fronteira do Xinjiang, “a China está preocupada com que a situação no Afeganistão possa ameaçar a estabilidade do Xinjiang, particu-



Tropas de ocupação da NATO

larmente receando que as zonas controladas pelos talibãs passem a funcionar como retaguarda das forças separatistas. Deste modo, na reunião de Tianjin [entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Wang e uma delegação de talibãs, em Julho de 2021 – NdR], Wang declarou aos representantes dos talibãs que esperava que o Afeganistão adoptasse uma “política islâmica moderada” (The Diplomat, 19 de Agosto).

### “O balanço de vinte anos de guerra americana é trágico”

Seja como for, as forças da NATO que deixaram o Afeganistão no dia 31 de Agosto de 2021 deixam atrás de si um país martirizado. O imperialismo americano conseguiu fazer a habilidade de repor no poder os mesmos que tinha expulsado vinte anos antes, quase dia por dia. A história registará que a ocupação imperialista do Afeganistão foi um crime contra a humanidade e que o balanço destes vinte anos de guerra e ocupação é um concentrado de barbárie imperialista.

Não é inútil recordá-lo quando alguns dão mostras da sua nostalgia da ocupação da NATO, a pre-



texto do destino do povo afegão e da sorte trágica das mulheres afegãs debaixo da bota talibã. Assim a Internacional Socialista (27 de Agosto), que tem o desplante de afirmar que “o regresso dos talibãs representa um grave revés para o desenvolvimento do país e os progressos conseguidos em matéria de paz, segurança, desenvolvimento e avanços democráticos e dos direitos humanos”.

A realidade, conforme recorda Gene Bruskin, responsável sindical e fundador da coligação US Labor Against The War (movimento sindical americano contra a guerra), citado por *The Organizer* (30 de Agosto)<sup>(1)</sup>, é que “o balanço de vinte anos de guerra americana no Afeganistão é trágico: sofrimento imenso, morte, empobrecimento e deslocamento de milhões de afegãos, em nome de quem os Estados Unidos supostamente combatiam; centenas de milhares de milhões de dólares metidos ao bolso pela indústria de guerra (acabando muitas das armas nas mãos dos talibãs); milhares de milhões de dólares perdidos em lucros dos patrões americanos e de dirigentes afegãos corrompidos; milhares de mortos e feridos entre os soldados americanos, a maior parte deles oriundos da classe operária e um prejuízo incalculável para quem ficou a sofrer de stress pós-traumáti-

co; por fim, campo livre para o Daesh no Afeganistão, que emerge no meio da desordem deixada pela partida dos Estados Unidos, contradizendo todos os pretextos invocados para invadir o Afeganistão.”

Certíssimo: mais de 200.000 mortos afegãos, milhões de feridos, de deslocados, milhares de soldados (americanos ou outros) mortos. A guerra e a ocupação terão custado, só aos Estados Unidos, mais de 200 mil milhões de dólares, que foram parar aos bolsos dos acionistas da indústria militar. Acrescente-se que foi debaixo da ocupação da NATO que o Afeganistão bateu um recorde mundial, passando a ser o principal produtor de ópio para heroína. O jornal burguês francês *Le Monde*, que não é especialmente conhecido pelas suas críticas à política americana, escrevia, nessa matéria, que foram “os Estados Unidos que consolidaram um narco-Estado no Afeganistão” (25 de Abril de 2021). É de admirar? Lembre-se que o mercado da droga é, com o da indústria militar, um dos mais rendosos no âmbito do sistema capitalista em decomposição...

A responsabilidade é do imperialismo americano, mas também dos imperialismos britânico, alemão, francês, japonês, da União Europeia, que participaram activamente na intervenção e na ocu-

pação. Lembre-se que a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, então com governos ditos de “esquerda”<sup>(2)</sup>, se associaram à intervenção militar de Outubro de 2001 contra o regime talibã decidida pelo presidente George W. Bush em nome da sua “guerra contra o terrorismo”. Eis agora que, vinte anos de guerra e ocupação “contra o terrorismo” depois, as mesmas potências imperialistas entregam as chaves do Afeganistão aos talibãs. Repita-se: para o imperialismo, o “terrorismo” é uma noção de geometria variável. Os “terroristas” de ontem, que serviram para justificar o dilúvio de ferro e fogo sobre Kabul, voltam a ser interlocutores respeitáveis assim que os lucros de Wall Street o exigem.

## Espelho das relações entre os Estados Unidos e as outras potências imperialistas

Os acontecimentos de Agosto de 2021 no Afeganistão mostram a realidade das relações que o imperialismo americano impõe aos seus “aliados” das principais potências imperialistas, designadamente europeias. E mostram a que ponto o lema de campanha de Biden “America is back” é a continuação, noutros moldes e estilo, do “America First” de Trump.

Conforme Biden de algum modo reivindicou no seu discurso de 31 de Agosto de 2021, foi sozinha que a administração americana decretou a retirada da NATO do Afeganistão, encostando “aliados” e “parceiros” à parede. E foi sozinha que marcou o calendário. O jornal burguês francês *Le Monde* não se equivocava quando, em Março de 2021, apresentava o título: “Afeganistão: bofetada de Biden aos europeus”, referindo que a União Europeia, “principal fornecedora de ajuda civil ao Afeganistão, antes dos Estados Unidos e do Japão, foi, em poucas semanas, afastada por Washington da resolução da crise afegã”. Para os mandatários de Washington, dizia, aborrecido, *Le Monde*, pouco importam “os milhares de milhões de euros injectados pela UE no Afeganistão, as centenas de soldados

## ● NOTAS EDITORIAIS

&gt;&gt;&gt;

dos países da União mortos"... Para os Estados Unidos, a União Europeia serve bem para pagar as facturas (e, nomeadamente, para financiar os regimes fantoches e corruptos de Hamid Kharzai e de Ashraf Ghani sob a alçada da NATO), eventualmente, servirá para fornecer carne para canhão. Para as coisas sérias, contudo, quem decide e manda são os americanos sozinhos. A "nova estratégia" de Washington exige, assim, que a quota de mercado mundial a que as outras potências imperialistas têm direito se reduza ainda mais do que no período anterior. E, por efeito de dominó, uma ofensiva decuplicada que as outras burguesias imperialistas não deixarão de desferir contras as suas próprias classes operárias, especialmente na Europa.

A retirada da NATO e o regresso dos talibãs a Kabul são, porém, igualmente, factor de agravamento e acentuação da crise do próprio imperialismo americano. Não foram precisos mais de dez dias para a retomada de Kabul pelos talibãs criar condições para novas formas de destabilização. Os talibãs proclamaram uma amnistia geral e escancararam as portas das prisões. Libertaram combatentes do *Daesh*, que, mal fora, reivindicaram um primeiro atentado, no aeroporto, no dia 26 de Agosto (170 mortos, 13 deles soldados americanos). Três dias mais tarde, um *drone* do exército americano bombardeava um veículo kamikaze lançado sobre o aeroporto. Segundo a CNN, "nove pessoas, seis delas crianças, terão sido mortas" no bombardeamento. Cena desgraçadamente banalizada, como tantas outras nestes vinte últimos anos<sup>(3)</sup>. Mal os atentados começaram, o ex-presidente Trump apressou-se a fustigar a "maior vergonha da história dos Estados Unidos", afirmando que Biden "tinha as mãos ensanguentadas." No próprio campo democrata, o representante da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara, Malinowski, qualificou a obra de Biden de "erro".

### A subordinação do movimento operário ao Partido Democrático

Nos Estados Unidos, não faltaram as críticas à política de Biden no Afeganistão, da extrema-direita dos republicanos até sectores do Partido Democrático: de diferentes sectores, portanto, da burguesia. Mas, e o movimento operário americano? Que é dele, no país em que, desde a guerra do Vietname, existe uma sólida tradição de luta contra a guerra?

Recordemos a situação de há vinte anos. O 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, os atentados reivindicados por Bin Laden e pela Al Qaida haviam custado a vida a mais de três mil cidadãos americanos. Em nome da "guerra contra o terrorismo", a administração Bush procurou estrangular as liberdades democráticas com o seu *Patriot Act*. Logo no dia 7 de Outubro, lançou uma expedição militar contra o Afeganistão (ao ter o regime dos talibãs recusado extraditar Bin Laden, o dirigente da Al Qaida). Apesar da atmosfera de histeria patriótica e chauvinista espalhada por toda a grande comunicação social nos Estados Unidos, houve manifestações contra a guerra logo no mês de Setembro de 2001. Sectores substanciais do movimento operário aderiram a estas manifestações, recusando a união nacional a reboque de Bush, apoiado pelo Partido Democrático.

Ao usar da palavra num comício operário internacionalista em Paris, em 8 de Novembro de 2001<sup>(4)</sup>, a camarada Nancy Wohlfort, vice-presidente da Federação da AFL-CIO na Califórnia, declarou: "*Nos Estados Unidos, estamos assistindo a um fenómeno crescente de oposição à guerra no movimento sindical. E sentimos-nos orgulhosos de vos podermos dizer esta noite que o conselho central da AFL-CIO de São Francisco foi a primeira união regional da AFL-CIO a adoptar uma resolução contra os bombardeamentos do Afeganistão. A resolução, que redigimos no dia 24 de Novembro, declara: Opomonos à ideia de que nações inteiras*



19 de Março de 2011, manifestação em Saint

possam sofrer as consequências de actos cometidos por uma minoria. A única consequência dos bombardeamentos e ataques militares será dar início a um ciclo infundável de vinganças que só trará mais mortes de civis inocentes pelo mundo fora." *A resolução foi já utilizada por vários conselhos regionais da AFL-CIO de todos os Estados Unidos e, aliás, por várias federações sindicais nacionais.*"

Estas instâncias sindicais regionais e nacionais opunham-se à guerra suja de Bush no Afeganistão apesar de poucos dias terem passado dos sangrentos atentados contra o *World Trade Center*... Em Outubro de 2001, porém, era uma administração republicana a martirizar o Afeganistão. Vinte anos mais tarde, em 2021, é uma administração democrata. Neste ensejo uma vez mais se aferindo as consequências do grande problema com que o movimento operário se debate nos Estados Unidos: a subordinação do movimento sindical ao Partido Democrático, que, tal como o Partido Republicano, é um partido da burguesia. Conforme muito bem disse Clarence Thomas, antigo diri-





Paul (Minnesota, Estados Unidos): “Nem mais uma morte! Nem mais um dólar!”.

gente da 10ª secção do sindicato dos estivadores da costa ocidental (ILWU), citado por *The Organizer* em 2021, “por causa da influência do Partido Democrático, ao nível nacional, o movimento sindical ficou entravado e impedido de decidir as acções indispensáveis à defesa dos interesses da classe operária. A subordinação do movimento sindical ao Partido Democrático desmobilizou-nos, impedindo-nos de nos opormos às guerras e ocupações americanas em nome do lucro.” O que se aplica às cúpulas do aparelho do movimento sindical ainda mais se aplica à pretensa “esquerda” do Partido Democrático. Quis o acaso que, enquanto o regime fantoche de Ashraf Ghani se desmoronava e os talibãs penetravam nos arredores de Kabul, estivesse a decorrer nos Estados Unidos a convenção nacional dos *Democratic Socialists of America* (DSA), principal organização da “esquerda” democrata, de 1 a 8 de Agosto. Não houve uma resolução, não houve um discurso, não houve uma palavra de condenação da política criminoso do imperialismo no Afeganistão e de exigência de acolhimento dos refugiados que, já

então, fugiam do avanço dos talibãs.

Honra ao *Socialist Organizer* por ter solicitado posições de militantes operários e negros representativos, que manifestaram a sua condenação da política do seu próprio governo, pronunciando-se pelo fim das intervenções e ingerências imperialistas e pela requisição do orçamento militar americano em proveito do povo trabalhador dos Estados Unidos.

### As tarefas da IVª Internacional

A “nova estratégia” do imperialismo, da qual hoje vemos, no Afeganistão, apenas os primeiros sinais das consequências trágicas que acarretará, anuncia uma nova fase da barbárie imperialista. Esta exigirá das forças que se batem pela reconstituição da IVª Internacional uma reavaliação da situação mundial e das tarefas que daí derivam, realçando a actualidade da luta para ajudar a reorganizar e reconstruir o movimento operário com um novo eixo: contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, pela construção, em cada

país, de verdadeiros partidos operários que ajudem as massas a combaterem.

A “nova estratégia” do imperialismo e as suas consequências no Afeganistão convocam igualmente tarefas imediatas.

A primeira é a nossa responsabilidade de organizar a solidariedade activa com os militantes do movimento operário e democrático no Afeganistão, obrigados a baterem-se em condições ainda mais difíceis do que as que até aqui se lhes impunham. Chama-se a atenção, em particular, para o Fundo de Solidariedade aberto, em França, pelo semanário *La Tribune des travailleurs*<sup>(5)</sup>, que apela aos seus leitores e aos militantes operários em geral para que recolham as somas necessárias para ajudar os militantes no Afeganistão.

A segunda é que as organizações filiadas no CORQI e, muito em especial, as dos países imperialistas e membros da NATO, têm a obrigação, considerando a esmagadora responsabilidade dos governos na tragédia actual do povo afegão, de levar a cabo uma campanha infatigável pelo acolhimento imediato e incondicional dos refugiados. Vergonhosamente, Macron o presidente francês preveniu, a 17 de Agosto, contra o “risco de fluxos migratórios maciços”, quando ele próprio alinhou com Biden e o seu “deal” com os talibãs! Vergonhosamente, o governo alemão de “bloco central” – de que fazem parte os dirigentes do Partido Social-Democrata (SPD) – repete em todas as claves que “2015 não se pode repetir” (referência ao acolhimento pela Alemanha de centenas de milhares de refugiados da destruição na Síria). Os militantes e organizações que lutam pela reconstituição da IVª Internacional (CORQI) farão infatigavelmente campanha por aquilo que deve ser a posição unânime do movimento operário: “Abram as fronteiras! Acolhimento imediato e incondicional dos refugiados!”<sup>(6)</sup>

**A Internacional**

**2 de Setembro de 2021**

>>>

## ● NOTAS EDITORIAIS

&gt;&gt;&gt;

(1) *The Organizer*, publicação do *Socialist Organizer*, organização que defende as posições da IVª Internacional e do CORQI nos Estados Unidos.

(2) A saber, o governo de Tony Blair (dirigente do *Labour Party*) na Grã-Bretanha, o governo de Gerhard Schröder (dirigente do Partido Social-Democrata) na Alemanha e, em França, o governo da “esquerda plural” de Lionel Jospin (em que participavam o Partido Comunista e o Partido Socialista; um dos seus ministros, Jean-Luc Mélenchon, fundará mais tarde a *France insoumise*).

(3) Cena condenada a repetir-se mais vezes, já que, conforme declarou Biden no seu discurso de 31 de Agosto, a retirada das tropas de ocupação de modo algum significa que a aviação e, sobretudo, os *drones* americanos não continuem a

matracar os civis inocentes: “Manteremos a luta contra o terrorismo no Afeganistão e noutros países. Para isso, não temos necessidade, simplesmente, de travar uma guerra terrestre. Dispomos daquilo a que se chama capacidades “over-the-horizon”, o que significa que podemos atingir os terroristas e os alvos sem haver botas americanas no terreno.”

(4) Comício organizado pelo Partido dos Trabalhadores (de que a secção francesa da IVª Internacional era então uma das correntes), em que usaram igualmente da palavra o dirigente da All-Pakistan Trade Union Federation (APTUF) Gulzar Ahmed Chaudhary (entretanto falecido), o militante alemão Manfred Birkahn e Daniel Gluckstein, então secretário nacional do Partido dos Trabalhadores.

(5) *La Tribune des travailleurs*, semanário do Partido Operário

Independente Democrático, de que a Tendência Comunista Internacionalista (filiada no CORQI) é uma corrente. Para contribuir para o Fundo de Solidariedade, usar a página internet [latribunedestrayailleurs.fr](http://latribunedestrayailleurs.fr).

(6) Não se pode deixar de referir a vergonhosa posição adoptada a 28 de Agosto pelo “secretariado nacional do Partido Operário Independente” (não democrático) dos revisionistas da CCI. Umas linhas de parlapié geral sobre a “crise de dominação do imperialismo”... e nem uma palavra sobre o acolhimento incondicional dos refugiados... Também é certo – leia-se desenvolvimento no artigo consagrado à CCI neste número de *A Internacional* – que não será fácil reivindicar a convocação de manifestações comuns com a extrema-direita e pronunciar-se pelo acolhimento dos refugiados...



Refugiados acampados nos arredores de Kabul, 11 de Agosto de 2021

## Uma Carta de Kabul (23 de Agosto)

**O**S TALIBÃS CRIMINOSOS regressaram ao poder graças ao apoio dos Estados capitalistas.

O acordo entre os Estados Unidos e os talibãs (*assinado em 29 de Fevereiro de 2020 no Qatar* – NdR) não tinha outra finalidade senão instaurar o “emirado islâmico” (*o Estado talibã* – NdR). Ficou claro quais eram realmente os objectivos da burguesia mundial e da sua intervenção imperialista em nome da “democracia”. O desmoronamento, em poucos dias, do governo fantoche de Ashraf Ghani, no qual a mãozinha dos Estados Unidos e seus aliados esteve grandemente implicada, seguido do regresso dos talibãs ao poder, deram o mote para a instauração do “emirado islâmico”. Substituir um poder por outro da mesma natureza (se bem que com formas diferentes) segundo as necessidades e interesses do capital, não é, nas relações internacionais capitalistas, novidade nenhuma.

No propósito de instaurar o mais rapidamente possível este “emirado islâmico” ao qual o capitalismo mundial abriu caminho, sucedem-se as manobras para juntar as forças e personalidades necessárias ao projecto. O anúncio pelos dirigentes talibãs de uma “amnistia geral”, a presença de alguns dirigentes de facções islâmicas e étnicas vindas do Paquistão e as negociações com os dirigentes deste país condizem com o intento de unir ao eixo dos talibãs chefes mujahidines, tecnocratas e elementos saídos do governo fantoche anterior.

As consequências imediatas da instauração do regime teocrático dos talibãs, bem como da liquidação das liberdades democráticas (já em grande parte canceladas),

consistem, para as mulheres, na privação completa dos seus direitos em todos os domínios da vida social. Isto, quando a defesa das mulheres serviu de pretexto ao imperialismo americano para justificar a sua agressão militar há vinte anos! O atroz e inumano destino infligido ao Afeganistão é uma nova demonstração da execrável natureza do domínio burguês, das suas instituições, da sua pretensa “defesa dos direitos humanos e da civilização” – que é, isso sim, defesa da barbárie de um sistema que espezinha a vida e a dignidade humanas em proveito dos seus interesses egoístas.

Os trágicos acontecimentos dos últimos dias e o domínio brutal dos talibãs com a ajuda das grandes potências capitalistas e dos seus aliados regionais estilhaçaram a grosseira ilusão espalhada pela “sociedade civil” e certos “intelectuais de esquerda” de que, apoiando a intervenção imperialista, se podia salvar o povo dos talibãs obscurantistas. A experiência do povo afegão, a barbárie que lhe foi imposta reflectem esta amarga verdade: o capitalismo mundial e as potências imperialistas fazem guerras sangrentas, exploram, espalham a desigualdade e a pobreza e não querem saber para nada do bem-estar e da liberdade dos trabalhadores e das massas pobres.

Sendo certo que o domínio obscurantista dos talibãs impõe, em todos os domínios, um recuo sem precedentes à sociedade e inflige um golpe tremendo ao movimento anticapitalista e pela igualdade da classe operária e a todos os adeptos da liberdade, assistimos também a isto: o povo não aceita. A rebelião e os corajosos protestos do povo, sobretudo das mulheres e dos jovens, arriscando a vida, mostram que os talibãs não conseguirão impor o

seu regime autoritário e as suas crenças medievais. Mais tarde ou mais cedo, o reino destes fascistas e dos seus padrinhos internacionais irá esbarrar no protesto social, nos movimentos radicais, nomeadamente no movimento da classe operária, das mulheres, dos jovens e de todos os trabalhadores.

Se, hoje, a segurança é a principal preocupação do povo, não resta nenhuma dúvida de que, mais tarde ou mais cedo, os talibãs se irão confrontar com as reivindicações do povo pelo pão, pelo trabalho e pelos direitos democráticos. A reivindicação “*pão, trabalho e liberdade*” será a base da torrente que destruirá as forças burguesas e os seus apaniguados.

Os talibãs, tal como as outras correntes islamistas, não são apenas produto da ignorância, das crenças e do atraso: eles são uma fracção das forças da burguesia nas relações capitalistas que regem o mundo. É partindo desta análise, e não da aparência destas forças e das suas manobras, que as forças revolucionárias que lutam pela igualdade se têm que dispor. O derrube do regime obscurantista dos talibãs e do seu “emirado islâmico” só é possível pela organização colectiva da classe operária e de todos os trabalhadores, associada aos outros movimentos progressistas e igualitários.

À medida que avançarem os atentados contra as liberdades e alastrar a repressão, reforçar-se-á e ganhará coesão a resistência contra os talibãs. Estamos convencidos da vitória final dos trabalhadores e dos oprimidos sobre os talibãs criminosos e os seus padrinhos internacionais. ●

**Kabul, 23 de Agosto de 2021**

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;

# De Onde Saíram Os Talibãs?

Um documento da secção paquistanesa da IVª Internacional

Ao fim de 20 anos de ocupação e de 2 biliões de dólares, o Afeganistão regressa à casa de partida: ao mando dos talibãs. Se o objectivo da invasão do Afeganistão tivesse sido apanhar e punir os autores do 11 de Setembro de 2001<sup>(1)</sup>, a ocupação poderia ter acabado sem problemas há dez anos, quando o exército americano matou Osama Bin Laden na cidade paquistanesa de Abbotabad. A continuação da ocupação por mais dez anos explica-se pela importância geoestratégica do país para poder apertar a Rússia e a China, nos seus confins mais vulneráveis. A ocupação realça a natureza completamente destrutiva do moderno capitalismo imperialista.

**E**STÃO COMPLETAMENTE ENGANADOS AQUELES QUE, NO OCIDENTE, acham que os talibãs de alguma forma representam um movimento de libertação nacional anti-imperialista. Os talibãs são compostos pelos mesmos elementos tribais, reaccionários e contra-revolucionários que foram ataçados



Grupo de *mujahidin*, 1987

contra a revolução de Saur<sup>(2)</sup>. Embora genericamente conhecidos como *mujahidin*, estes nunca foram verdadeiramente um grupo unificado. *Mujahidin* é simplesmente uma etiqueta colada a sete organizações jihadistas diferentes. Estes grupos de *mujahidin* não só tinham entre si diferenças religiosas e doutrinárias como laços financeiros com potências, estrangeiras ou limítrofes, diferentes. Assim se explica a guerra civil que rebentou após a queda do governo de Najibullah<sup>(3)</sup>.

Pegue-se-lhe por onde se pegar, o conflito entre os talibãs e a Aliança do Norte não é, por conseguinte, reflexo do conflito entre libertação nacional e imperialismo. Nem entre forças progressistas e reaccionárias. Uns e outros são feitos da mesma massa. Pelo acordo de Doha, os talibãs chegaram ao seguinte entendimento com os Estados Unidos: estes sairiam do país na condição de os talibãs não atentarem contra os interesses vitais dos americanos na região. Na primeira conferência de imprensa que fizeram depois de tomarem o poder, os talibãs declararam-se abertos a investimentos estrangeiros e americanos no Afeganistão.

Outro factor significativo da tomada do Afeganistão pelos talibãs é a visão que o exército

paquistanês tem dos reptos militares que enfrenta. O exército do Paquistão sempre teve a concepção de que a única ameaça existencial séria ao país provém da vizinha Índia. Desde 1971, ano em que o Paquistão Oriental passou a ser o Bangladesh independente, essa concepção só tem saído ainda mais reforçada. Desde o dia da independência do próprio Paquistão e, especialmente, desde 1971, o exército paquistanês tem-se colocado sempre na posição de ser o defensor não só das fronteiras do Paquistão, mas até das suas “fronteiras ideológicas”. Foi este “imperativo superior” que deu naquilo a que os progressistas chamam o “Estado securitário” do Paquistão. O exército paquistanês sempre considerou o Afeganistão como retaguarda estratégica. Tem-se imiscuído nos assuntos internos do Afeganistão desde os anos setenta, no intuito de conseguir implantar um regime “amigo do Paquistão”, de modo que, caso eclodisse a “inevitável” guerra com a Índia, o exército tivesse uma área de retirada estratégica. Por isso o governo paquistanês começou a dar apoio a radicais islâmicos muito antes da revolução de Saur. A relação entre o exército paquistanês e os radicais islâmicos do Afeganistão remonta a meio século. Que mais não seja

por isso, não podemos considerar, nem deve o mundo considerar a vitória dos talibãs como a vitória de um movimento de libertação nacional progressista. Os talibãs são capazes de envergar uma fatiota, sobejamente conhecida, de regime internamente teocrático e reaccionário e externamente aliado dos Estados Unidos (como a Arábia Saudita). Com toda a probabilidade, é o que farão.

Para os povos do Afeganistão e do Paquistão, esta mudança significa que a nossa luta por um futuro progressista sofre mais um duro golpe. A vitória dos talibãs no Afeganistão não só animou os partidos religiosos do Paquistão, como incutiu esperança nos *Tehreek-e-Taliban Pakistan*<sup>(5)</sup>, que há uma década travam uma destruidora guerra interna no Paquistão, que já custou cerca de 80 mil vidas e milhões de refugiados das operações militares maciças nas regiões tribais do Norte. A longo prazo, porém, só as forças progressistas do Paquistão e do Afegan-

istão poderão vencer estes reaccionários. Não há ajuda, socorro ou ocupação externa que possam fazer seja o que for por esta luta ingrata, bem pelo contrário. Mais: os apelos à reocupação do Afeganistão, para, alegadamente, “salvar” as mulheres e as minorias, não são só ingénuos e despropositados; são profundamente ridículos. Tais narrativas, que só podem ser vistas como imperialismo disfarçado de humanitarismo, têm feito estragos que cheguem. Em conclusão, a imagem de afegãos a agarrarem-se desesperados aos aviões na esperança de escaparem aos talibãs ficarão para sempre gravadas nas memórias dos povos desta região como o fim ignóbil desta ocupação. E a maneira como depois se despenharam dos céus é o símbolo das falsas esperanças que o imperialismo capitalista sempre cria e sempre trai. O futuro do Afeganistão e do Paquistão só poderá ser determinado pelos povos dos nossos países respectivos. Contamos com a vossa soli-

dariedade nessa luta. Mas é a nossa luta. A história está do nosso lado e a vitória é inevitável. ●

**19 de Agosto de 2021**

(Título e notas de responsabilidade da redacção d'A Internacional)

(1) Atentados perpetrados nos Estados Unidos, em Nova Iorque, Arlington e Shanksville.

(2) O golpe de Estado de Abril de 1978 que levou ao poder um regime favorável ao governo soviético (ler página 19).

(3) Em Abril de 1992, o regime pró-soviético de Najibullah caiu. As diferentes facções de *mujahidin* digladiar-se-ão durante quatro anos, até à tomada do poder pelos talibãs.

(4) Acordo “de restabelecimento da paz” assinado em 29 de Fevereiro de 2020 no Qatar entre os Estados Unidos e os talibãs.

(5) Movimento talibã do Paquistão, movimento armado constituído em 2007.

## Estados Unidos

# Declaração de *Socialist Organizer*\* sobre o discurso de Biden acerca da retirada das tropas americanas do Afeganistão

Nos últimos vinte anos, o povo trabalhador e os jovens americanos, especialmente os activistas que há décadas se opõem às guerras e intervenções imperialistas dos Estados Unidos, do Vietname ao Iraque, têm apelado à retirada das tropas dos EUA do Afeganistão.

**A** OPOSIÇÃO À GUERRA dos EUA no Afeganistão foi nutrida pelas mentiras sem conta propaladas por quatro administrações diferentes, todas, porém, em nome da postura “guerra contra o terrorismo”, a justificar os massacres cuja exclusiva responsabilidade é do Estado americano.

Gene Bruskin, co-fundador do *US Labour Against the War*, recapitulou da seguinte maneira o custo global da guerra: “As contas de vinte anos de guerra americana no Afeganistão são trágicas: sofri-

mento imenso, morte, empobrecimento, milhões de afegãos deslocados, quando era supostamente em nome do povo afegão que os EUA se estavam a bater; centenas de milhar de milhões de dólares enfiados nos bolsos da indústria da guerra; milhares de milhões de dólares perdidos para empreiteiros americanos corruptos e dirigentes afegãos; milhares de soldados americanos mortos e feridos, a maior parte oriundos da classe operária, e prejuízo incalculável para os que ficaram a sofrer de stress pós-traumático.”

## ● DOSSIÊ

### >>> **A guerra acabou, mesmo?**

No seu discurso à nação de 31 de Agosto sobre a retirada das tropas americanas do Afeganistão, o presidente Joe Biden afirmou que *“na noite passada, em Kabul, os Estados Unidos puseram termo a vinte anos de guerra no Afeganistão.”*

Mas a guerra terá mesmo acabado? A resposta é: não! Passou simplesmente a ser outro tipo de guerra.

Biden elucidou-o: *“Não precisamos de travar uma guerra terrestre para o conseguir. Nós dispomos daquilo a que se chama “capacidades além-horizonte”, o que quer dizer que podemos atingir os terroristas e alvos sem termos botas americanas no terreno, ou muito poucas se for preciso.”*

Entre as capacidades além-horizonte incluem-se os letais drones armados, muitos deles descontrolados e mal guiados, que têm matado dezenas de milhares de civis afegãos, 40% deles crianças. Um artigo de opinião publicado pelo *Los Angeles Times* em 2 de Setembro observava acutilantemente: *“Para os afegãos aterrorizados pelos constantes bombardeamentos por drones, esta guerra não acabou.”*

Os objectivos militares globais do imperialismo americano no Afeganistão e na Ásia Central, assim como em todo o Médio Oriente, não mudaram. Modificaram-se apenas os seus moldes. *“Ultrapassar este estado de espírito e este género de mobilizações de tropas em grande escala dar-nos-á mais força e mais eficácia”*, comentou Biden.

### **Ajudar a construir uma nação democrática?**

Ouvindo o discurso de Biden, poder-se-ia pensar que o objectivo dos EUA no Afeganistão tem sido promover a democracia e a soberania nacional.

Hipocritamente, Biden disse que *“assistimos a como uma mis-*

*são contra-terrorista no Afeganistão, destinada a conseguir que os terroristas deixassem de atacar, se metamorfoseou em contra-insurreição, em construção nacional, no intento de criar um Afeganistão democrático, coeso e unido.”*

Que raio de Afeganistão democrático e unido poderá alguma vez emergir de um regime fantoche a soldo dos interesses imperialistas americanos – um regime que espezinhou as aspirações democráticas do povo afegão e travou uma guerra “made in USA”, uma guerra que matou mais de 240.000 afegãos?

Terá emergido dos bombardeamentos e da guerra dos EUA e da NATO na Líbia uma Líbia democrática e unida? Não! Dizimou-se uma nação, entregada à luta pelo poder entre grupos armados rivais. As sanções americanas contra nações de todo o mundo promovem a construção nacional e a democracia? Não! É exactamente o contrário: tais políticas destroem nações e forçam milhões a fugir para o exílio.

O mesmo acontece com os acordos de “comércio livre” impostos pelos EUA, outra forma de guerra, que desmantela o tecido industrial e agrícola de um país atrás do outro, a benefício dos interesses das empresas americanas.

Nunca em tempo algum as guerras e ocupações americanas promoveram a democracia, a paz ou a soberania das nações.

Aliás, Biden não esconde que assim é, ao, mais à frente, reconhecer que os Estados Unidos só se podem nortear por uma coisa: a promoção dos *“interesses essenciais da segurança da América”*. Exactamente a mesma fórmula usada para justificar a as guerras americanas no Vietname e no Iraque.

### **Virar ao confronto com a China**

Biden salientou o “mundo em mudança” em que a China, especialmente, se terá tornado numa “nova ameaça” para os Estados Unidos. Acrescentou: *“Estamos envolvidos numa competição séria*

*com a China. Enfrentamos desafios com a Rússia em múltiplas frentes. Debato-nos com ciberataques e com proliferação nuclear. Temos de apoiar a competitividade americana para vencer estas desafios e a competição pelo séc. XXI.”*

O objectivo é claro: os capitalistas americanos precisam de conquistar novos mercados para compensar a queda da taxa de lucro do capitalismo – e, para tal efeito, precisam de deitar abaixo as relações de produção socializadas na China, que, apesar das incursões do capitalismo, continua a ser um obstáculo de monta ao sistema global assente na propriedade privada dos meios de produção.

Biden explicou que os Estados Unidos já não podiam continuar no Afeganistão porque a China e a Rússia se aproveitariam de os EUA ficarem atolados no pântano afegão, quando o país precisava era de concentrar esforços na resposta às “ameaças” russa e chinesa.

Biden fez contas, dizendo que se gastaram mais de 2 biliões (2 trilhões) de dólares no Afeganistão. “Sim”, comentou Biden, *“mais de 300 milhões de dólares por dia durante duas décadas.”*

Quem vai beneficiar? Que fins atribuirá a administração Biden aos 2 biliões (trilhões) “poupados” da guerra no Afeganistão?

Irão estes financiar um sistema de saúde universal (*Medicare for All*) ou consolidar os fundos de pensões dos trabalhadores? Irão servir para garantir a todos os trabalhadores um salário decente e um posto de trabalho com protecção sindical e, para começar, um aumento do salário mínimo para 15 dólares/hora? Irão preservar e melhorar um sistema de ensino público da creche à universidade ou servir para construir habitação social a uma escala de massas?

Irão servir para assegurar o financiamento integral de um programa legal de investimento na infra-estrutura e um New Deal verde? Irão servir para reverter a ofensiva de privatizações que nos está desmantelando os serviços

públicos – e, especialmente, os nossos correios? Irão financiar o ressarcimento das vítimas da escravatura e respectivos descendentes?

Todos sabemos a resposta: não, os 300 milhões de dólares diários gastos no Afeganistão NÃO serão reafectados a nenhum destes programas vitais do interesse do povo trabalhador e dos oprimidos – conquanto algumas verbas possam gotejar aqui ou ali, de modo que pareça que se faz alguma coisa!

As verbas libertadas pela guerra americana no Afeganistão só vão servir para duas coisas: por um lado, vão preparar novas guerras, por exemplo contra a China ou outros povos, e é por isso que se não pára de soprar o orçamento militar dos EUA (um painel da Câmara de Representantes acaba de solicitar uma nova verba de 3.700 milhões de dólares para as tropas, a acrescentar aos 753.000 milhões que Biden pede para o ano fiscal de 2022).

Por outro lado, as verbas vão ser usadas para continuar a ajudar e financiar os capitalistas, em nome da “recuperação”, mas, na realidade, para apoiar as margens de lucro dos banqueiros de Wall Street.

## Fim à guerra, nos EUA e no exterior! Portas abertas aos refugiados do Afeganistão!

Em todas as matérias de política externa – das “ameaças” russa e chinesa à chamada “guerra contra o terrorismo” no Médio Oriente, à mal disfarçada ocupação do Haiti e aos longos anos de sanções a Cuba e à Venezuela, entre outras – Biden tem continuado e, em certos casos, acelerado a guerra dos EUA contra os trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo.

Outro tanto se passa com a guerra contra os trabalhadores e os oprimidos no próprio país.

Muito se tem falado do apoio de Biden à lei PRO (um bom diploma, que viria finalmente



Manifestação em Nova Iorque (Estados Unidos, 20 de Maio de 2012: (tropas americanas) “Fora do Afeganistão!”.

facilitar o direito a formar sindicatos). Ouve-se falar de um projecto de lei em matéria de infra-estruturas e de luta contra as alterações climáticas. Ouve-se falar na necessidade de afirmar os direitos dos imigrantes. Mas que realidade se esconde atrás desta retórica?

Biden podia acabar com o *filibuster* (veto obstrutivo da minoria no Senado) e fazer pressão sobre os senadores democratas “moderados” (sobretudo Krysten Sinema e Joe Manchin) para eles promulgarem a referida legislação. Mas é o contrário, Biden refugia-se atrás do *filibuster* e dos seus aliados renitentes, argumentando que acabar com o *filibuster* daria azo a uma “crise institucional” que poderia prejudicar muito o país. Uma desculpa muito prática. Resultado: pouco ou nada se faz.

Biden poderia tramitar todos os pedidos de asilo e promulgar uma lei que atribuísse cidadania a mais de 11 milhões de imigrantes sem papéis que vivem na sombra pelos Estados Unidos fora, pagando embora impostos. Em vez disso, continua a enjaular crianças imigrantes e a recusar-se a lidar com a crise humanitária na fronteira – seguindo as pegadas de Donald Trump.

O que põe a questão das centenas de milhares de refugiados do Afeganistão.

É vergonhoso os dirigentes do

movimento sindical nada dizerem sobre o destino dos refugiados afegãos. Vão todos simplesmente a reboque de Biden.

Em 26 de Agosto, as deputadas Barbara Lee (democrata da Califórnia, único membro do Congresso que votou contra a guerra no Afeganistão) e Alexandra Ocasio-Cortez (democrata de Nova Iorque) dirigiram uma carta ao presidente Biden, apelando a aumentar o tecto do número de admissões de refugiados nos Estados Unidos. A carta aponta no bom sentido, embora deixe a fasquia muito baixa. A carta a Biden apela a aumentar o número total de refugiados admitidos nos EUA, de todos os países, para, no mínimo, 200 mil no próximo ano. A administração Trump baixara o tecto para o número de refugiados para o valor historicamente baixo de 15 mil. Durante a campanha presidencial, Biden comprometeu-se a “fixar o tecto anual global para a admissão de refugiados em 125 mil.”

As duas legisladoras escreveram a Biden:

“Enquanto o povo do Afeganistão lida com a tragédia que se desenrola à frente dos nossos olhos, os Estados Unidos têm de abrir as suas portas aos refugiados que fogem das consequências devastadoras de uma ocupação militar americana com 20 anos e de 40 anos de guerra fomentada pelos EUA.

## ● DOSSIÊ

>>> *Ao fim de décadas de desastrosa intervenção americana no Afeganistão, uma coisa é clara: temos a responsabilidade moral de oferecer um porto seguro e um refúgio ao povo afegão. Agora a agudização da crise humanitária continua a expor a horrível factura das nossas guerras sem fim. Os Estados Unidos têm de fazer tudo o que está no seu poder para proteger todos os que arcaram com a pior parte deste conflito de décadas, especialmente os afegãos que correm um risco acrescido de perseguição ou morte às mãos dos talibãs.*

Numa entrevista separada, a deputada Ocasio-Cortez declarou:

*“O papel dos Estados Unidos neste crise não sofre contestação. Não podemos poupar esforços nem perder tempo, temos de ajudar os refugiados a saírem do Afeganistão em segurança. Devemos acolhê-los de imediato nos Estados Unidos e prestar-lhes todo o apoio de que precisam para reconstruir as suas vidas.”*

Aos dirigentes do movimento sindical, dizemos: apoiem o apelo das deputadas Lee e Ocasio-Cortez; parem de se pôr de joelhos ante o Partido Democrático! Acolham TODOS os refugiados do Afeganistão e de todos os outros países dilacerados pelas guerras e ocupações americanas!

É agora que é preciso salvar vidas!

– Portas abertas a todos os refugiados afegãos!

– Reafecção dos milhares de milhões da guerra à criação de emprego, aos serviços públicos, à habitação social, ao ensino público de qualidade da creche à universidade, à luta contra as alterações climáticas e ao *Medicare for all!* ●

**6 de Setembro de 2021**

\**Socialist Organizer*.

organização que defende a política da IVª Internacional e do CORQI nos Estados Unidos.

# Um Acordo entre os Estados Unidos e os Talibãs contra o Povo e as Mulheres do Afeganistão

Reproduz-se aqui um dos discursos proferidos no dia 28 de Agosto de 2021, o da camarada Christel Keiser, em nome da direcção da Tendência Comunista Internacionalista (corrente do Partido Operário Independente Democrático francês). A secção francesa da IVª Internacional organiza esta concentração junto ao túmulo de Leão Sedov desde 1994 em homenagem a Leão Sedov, a Leão Trotsky e aos militantes operários de todas as tendências vítimas do estalinismo.

“**E**M NOME DE TODOS, gostaria de levar uma saudação a todas as secções, grupos e militantes que, em todo o mundo, se batem pela bandeira da IVª Internacional e, muito em particular, aos camaradas e militantes operários do Afeganistão que, até Agosto deste ano, participaram na publicação do jornal mensal *Eteraz* (O Protesto).”

Foi com horror que todos assistimos às imagens do aeroporto de Kabul cercado por milhares de famílias afegãs que tentavam fugir do país após a tomada de Kabul pelos talibãs no passado dia 15 de Agosto. E foi com horror que vimos, depois disso, os atentados de 26 de Agosto, que fizeram dezenas de vítimas.

Estamos cientes de que esta situação abre um novo capítulo da tragédia do povo afegão, do povo que há vinte anos sofre as sevícias das tropas da NATO, do imperialismo americano... e dos seus aliados.

Convém recordar que, em 2001, os Estados Unidos e uma coligação internacional de que a França é parte integrante – naquela altura tinha um governo de “esquerda”, dirigido por Jospin – bombardearam o Afeganistão, expulsaram os talibãs e instauraram um regime fantoche apoiado nas tropas de ocupação da NATO a pretexto da guerra contra o terrorismo e em defesa dos direitos das mulheres, assunto a que voltarei.

Conhece-se o balanço: um país desfeito, um desastre humano. Mais de 200 mil afegãos pereceram durante este período, tal como 4 mil soldados das tropas de ocupação. Milhões de afegãos feridos e deslocados.

Na edição desta semana de *La Tribune des travailleurs*, podem ler-se testemunhos de militantes afegãos e paquistaneses que confirmam que foi, de facto, o imperialismo americano que, vinte anos depois de os ter expulsado de Kabul, organizou o regresso dos talibãs. O imperialismo americano tem de-



veras outras prioridades, particularmente a necessidade de concentrar tropas em torno da China.

Não restam dúvidas de que foi o acordo assinado em Fevereiro de 2020, no Qatar, entre os americanos e os talibãs que hoje permitiu a substituição do regime fantoche de Ashraf Ghani pelo Emirado Islâmico dos talibãs.

Não foi por acaso que, em 23 de Agosto último, o dirigente dos talibãs recebeu o director da CIA em Kabul, para “conversações confidenciais”, no evidente intuito de obter garantias de respeito de uma disposição do acordo assinado em Fevereiro de 2020, referente à protecção dos interesses americanos na região em caso de tomada do poder pelos talibãs.

Este acordo cumpre-se, como é evidente, à custa do povo afegão e, especialmente, das mulheres afegãs.

É evidente que o regime dos talibãs, um regime totalitário teocrático, irá, em todos os domínios, manter e agravar a situação de pilhagem do país e, igualmente, a situação das mulheres, despojando-as completamente dos seus direitos em todas as esferas da vida social.

Ora, foi em nome da defesa das mulheres afegãs que, há vinte anos, os imperialistas justificaram a guerra no Afeganistão. E são essas mulheres do Afeganistão que os mesmos imperialistas hoje estão entregando aos talibãs.

Será preciso rememorar o que, em 2001, declarava o primeiro-ministro “socialista” Jospin a justificar o alinhamento da França com a guerra de Bush? Cito: “*A França participa na intervenção contra o regime talibã (...), as suas constantes violações das liberdades mais fundamentais, especialmente a revoltante sorte que reservava às mulheres.*”...

Em Março de 2019, Hassina Sadet, representante da Esquerda Radical do Afeganistão (LRA), usara da palavra na reunião pública organizada pela comissão de mulheres trabalhadoras do POID por ocasião do dia internacional dos direitos das mulheres.

Ela explicou que não só a inter-

venção militar da NATO não libertara as mulheres, nem os homens, do Afeganistão, mas como os anos de ocupação que se lhe seguiram agravaram todas as formas de opressão do povo afegão, especialmente das mulheres.

“*O Afeganistão, sob a “democracia” dos Estados Unidos, é o inferno para as mulheres*”, afirmara ela então – referindo-se à charia islâmica que priva as mulheres de todos os seus direitos.

Hassina deu-nos factos precisos. Segundo o relatório do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o Afeganistão estava então no penúltimo lugar em matéria de direitos das mulheres. No que diz respeito ao ensino e ao sistema de cuidados de saúde às adolescentes, o Afeganistão ocupava o quarto pior lugar do mundo. 85% das jovens adolescentes não eram escolarizadas e 87% das mulheres eram analfabetas.

70 a 80% das mulheres eram casadas à força, por vezes antes dos 16 anos de idade.

90% das mulheres foram vítimas de violências conjugais ao longo da vida.

Quanto à violência económica, muito corrente, consistia em impedir as mulheres de trabalharem fora de casa e em pagar-lhes menos quando podiam trabalhar.

As mulheres não eram autorizadas a ir à escola, trabalhar ou viajar sem um membro masculino da sua família.

5 mil mulheres morriam ano após ano durante o parto por falta de maternidades, quase inexistentes. Isto, note-se, não apenas sob o regime dos talibãs, mas igualmente sob o regime fantoche instaurado pelo imperialismo americano.

Que a sina das mulheres esteja para piorar debaixo do jugo dos talibãs, é, desgraçadamente, perfeitamente possível. Mas que não se atrevam a dizer-nos que a sorte das mulheres afegãs era invejável sob a bota das tropas da NATO!

Bem razão têm os camaradas da secção paquistanesa da IVª Internacional quando escrevem que “*os apelos à reocupação do Afegan-*

*istão, pretensamente para salvar as mulheres e as minorias não são apenas ingénuos e despropositados, mas também absolutamente ridículos*”, caracterizando tal posição como de cobertura humanitária do imperialismo.

Há quase um século, em Abril de 1924, em discurso pronunciado na Universidade Comunista dos Povos do Oriente, Trotsky contou como, numa recente estada em Baku, e cito, pudera “*observar na sala de reunião várias dezenas, talvez centenas de raparigas comunistas do Turquestão, ver e ouvir o seu entusiasmo, a paixão daquela que, ontem ainda escrava de escravos, ouvira as novas palavras de libertação e despertara para uma vida nova, e eu cheguei a uma conclusão claríssima, percebendo que, no movimento dos povos do Oriente, a mulher desempenharia um papel mais importante do que na Europa. Porquê? Exactamente porque a mulher do Oriente vive incomensuravelmente mais presa, esmagada e defraudada pelos preconceitos do que o homem do Oriente, porque novas relações económicas e novas correntes históricas a virão arrancar às antigas, imutáveis relações, com uma força e uma brutalidade ainda maiores do que no caso do homem (...).*”

*A mulher do Oriente, aquela que, escrava de escravos, mais coibidas tem vida, hábitos e criatividade, (...) terá uma sede apaixonada de novas ideias, uma nova consciência que lhe permitirá apreciar a sua nova posição social. E não haverá melhor comunista no Oriente, não haverá melhor combatente pelas ideias da revolução e pelas ideias do comunismo do que a mulher trabalhadora emancipada.*”

Para nós, militantes da IVª Internacional, a opressão específica das mulheres é uma realidade que só pode ser resolvida pela luta da classe operária no seu conjunto.

Por isso ligamos sistematicamente a luta contra a dupla opressão das mulheres à defesa das suas reivindicações específicas e à luta contra o sistema de exploração capitalista.

## ● DOSSIÊ

>>> Rubina Jamil (secretária-geral da All Pakistan Trade Union Federation do Paquistão) e eu própria lançámos, subscrito por mais de 300 mulheres trabalhadoras, jovens, militantes políticas e sindicais, responsáveis de associações e organizações de 32 países, a uma conferência internacional de mulheres trabalhadoras, no âmbito do Comité Operário Internacional, na véspera da conferência mundial contra a guerra e a exploração que

se realizará logo que se reunirem as condições para o efeito.

Exactamente porque, para nós, o internacionalismo proletário não é uma decoração para dias de festa, *La Tribune des travailleurs* respondeu ao apelo de numerosos militantes, logo que os acontecimentos de Kabul foram anunciados, abrindo um fundo de solidariedade com os militantes do movimento operário e democrático

do Afeganistão, obrigados a lutar em condições ainda mais difíceis do que já eram.

A luta contra o imperialismo, a luta do movimento operário, a luta pelo socialismo que libertará as mulheres da opressão de que são vítimas, que libertará o povo afegão do jugo do imperialismo está mais do que nunca na ordem do dia – no Afeganistão como no mundo inteiro. ●

# Algumas balizas para a história recente do Afeganistão

Por Dominique Ferré

Não temos nenhuma pretensão de resumir aqui a história contemporânea do Afeganistão. O caso é dar ao leitor d'A Internacional algumas balizas para três momentos da história recente do país.

**O** AFEGANISTÃO confina a sul e a leste com o Paquistão, a oeste com o Irão, a norte com as antigas repúblicas soviéticas do Turquemenistão, do Usbequistão e do Tajiquistão e, a leste, com a China, ao longo de algumas dezenas de quilómetros de fronteira. Estima-se a sua população em 34 milhões de habitantes em 2018, 60% dos quais com menos de 25 anos. O povo afegão agrupa populações pastunes, tadjiques, azaras, usbeques e de outras origens, falantes de dari e pastó. Mais de 80% dos afegãos vivem da agricultura. A indústria compreende um importante sector mineiro, já que o sub-solo afegão é particularmente rico (estando em

grande por explorar, nomeadamente importantes jazigos de lítio).

## O Afeganistão e a revolução de Outubro de 1917

No século XX, o Afeganistão é alvo da cobiça de duas potências imperialistas: a Rússia czarista a norte e a Grã-Bretanha e o seu Império das Índias a sul e a leste. Arrancando o país à influência russa, o imperialismo britânico corta a direito na carne dos povos, anexando uma parte do território pastune (no Paquistão actual) e impondo à monarquia feudal afegã uma espécie de protectorado. A revolução russa de 1917 é, contudo, o toque de clarim da revolução mundial, abalando as potências imperialistas e os seus impérios coloniais. Em 1919, o príncipe Amanullah Khan toma o poder em Kabul, faz-se rei e deflagra uma terceira guerra de libertação nacional, que arranca a independência do Afeganistão em Agosto de 1919.

Para conseguir manter à distância os britânicos, Amanullah Khan não tem remédio senão virar-se para a Rússia dos soviets. Enquanto a internacional imperialista

procura estrangular a revolução russa, o poder soviético estabelece contacto com Amanullah Khan, como, na mesma época, fizera com a Turquia de Mustapha Kemal. Lenine recebe o embaixador em Moscovo com simpatia, dirigindo-se a Amanullah Khan nos seguintes termos: “Logo nos primeiros dias da luta gloriosa do povo afegão pela sua independência, o governo operário e camponês da Rússia apressou-se a reconhecer o novo estado de coisas no Afeganistão, reconhecendo solenemente a sua independência (...); o Afeganis-



Amanullah Khan

*tão florescente é o único Estado muçulmano independente do mundo, e o destino confia ao povo afegão a grande tarefa histórica de unir à sua volta os povos muçulmanos reduzidos à servidão e guiá-los para o caminho da liberdade e da independência.*” (27 de Novembro de 1919) Lenine propõe a constituição de uma comissão mista para questionar as anexações de território afegão pelo czar.

Um ano mais tarde, em Dezembro de 1920, dirigindo-se a Lenine, Amanullah aplaude os esforços do poder soviético a favor de *“todos aqueles que, no mundo inteiro, lutam pelo derrube da política do imperialismo e, em particular, pela libertação dos povos do Oriente.”* Amanullah refere ter sido convencido por Mustapha Kemal, que participara aos afegãos *“todas as nobres ideias e intenções do governo da República soviética Russa”*. Em Maio de 1921, assinou-se um tratado de amizade com a Rússia soviética, que fornece divisas e material de aviação. É uma preocupação aguda para o imperialismo britânico, tanto mais que Amanullah recebe em Kabul os nacionalistas indianos que se batem contra o jugo colonial. No plano interno, o rei confronta os vestígios do feudalismo, faz adotar um número significativo de reformas democráticas, entre as quais a abolição da escravatura e dos trabalhos forçados, a instrução pública e laica para rapazes e raparigas.

Para Lenine e para o poder soviético, essa tática condizia exactamente com as teses sobre a questão colonial do segundo congresso da Internacional Comunista (Julho-Agosto de 2020), fruto de elaboração comum de Lenine e do comunista indiano Manabendra N. Roy. As teses procediam da *“distinção entre nações oprimidas e nações opressoras”*, que Lenine releva. Neste ponto de vista, sustentam as teses, *“a ajuda dada à destruição do domínio estrangeiro nas colónias não é, na realidade, ajuda dada ao movimento nacionalista da burguesia indígena, mas abertura do caminho ao*

*próprio proletariado oprimido.”* Estas teses encontrarão expressão no Congresso dos Povos do Oriente, reunido em Baku (Azerbaijão, Setembro de 2020), cujos arquivos apontam para a presença de, pelo menos, um militante vindo do Afeganistão.

As reformas democráticas audaciosas e o apoio da Rússia Soviética impelem o imperialismo britânico a recuperar o terreno perdido. Os feudais mobilizam as tribos contra Amanullah Khan, acabando por obrigá-lo a deixar o trono em 1929. Em Abril de 1924, em discurso pronunciado na Universidade Comunista dos Povos do Oriente, Trotsky realça a criminosa responsabilidade do imperialismo britânico e dos dirigentes da IIª Internacional: *“Neste mesmo momento, estão-se desenrolando no Afeganistão acontecimentos verdadeiramente dramáticos: a Grã-Bretanha de MacDonald (primeiro-ministro, do Labour Party – NdR) está a ponto de derrubar a ala esquerda nacional burguesa, que tenta europeizar o Afeganistão independente, procurando reconduzir ao poder os elementos da reacção mais negra, impregnados dos piores preconceitos do pan-islamismo, do Califado, etc.”* Premonitórias palavras.

## O Afeganistão e a burocracia do Kremlin

Acabada a segunda guerra mundial imperialista, os britânicos, enfraquecidos, perdem o império das Índias, que conseguem, não obstante, dividir com base na religião (partição de 1947). O Estado afegão – primeiro como reino do Afeganistão, depois como república (instaurada pelo golpe de Estado de 1973, instigado por um membro da família real, Mohammed Daud Khan) – passa a ser um “Estado-tampão” no âmbito da ordem contra-revolucionária instaurada em Ialta. O Afeganistão fica, do mesmo passo, sob influência do imperialismo americano, mantendo, em paralelo, relações privilegiadas com a burocracia da União Soviética, que forma os oficiais afegãos na URSS.

Já nos anos sessenta, começam a constituir-se organizações que se reivindicam do socialismo. Em 1964, é fundada a *Chola-e Jawid* (Chama Eterna), organização que se reclama de Mao Zedong e virá a ser a principal organização de “esquerda” até meados dos anos setenta. A corrente maoista considera o Afeganistão como país feudal, constituído por várias nações, e concentra esforços no campesinato. Em 1965 é fundado o Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA), dividido em duas fracções, a *Khalq* (o Povo), implantada na pequena burguesia pastune saída do campo, e o *Parcham* (o [Estandarte, que recruta nas classes superiores, que falam dari), que somente se reunificarão em 1977. O partido torna-se logo no representante local dos interesses da burocracia do Kremlin, sem nunca ter sido um partido operário.

O PDPA irá tomar o poder, em Abril de 1978, graças a uma combinação de imprevistos. O assassinato de um dirigente conhecido e uma vaga de prisões empurram os dirigentes do PDPA e os seus apoiantes no exército ao derrube de Daud. O golpe de Estado militar, rebaptizado “revolução de Saur” (mês do calendário persa em que ocorreu) nada tem de uma revolução. O *Khalq* no poder “teoriza”, aliás, isso mesmo: *“Nas nações em vias de desenvolvimento, não tendo a classe operária desenvolvido a sua força, existe outra força capaz de derrubar o Estado feudal opressor e, no Afeganistão, essa força foi o exército”* (*The Kabul Times*, 19 de Abril de 1979). Ora, o exército é uma instituição-chave do Estado feudal-comprador... que os dirigentes do PDPA e a burocracia da URSS querem preservar em nome da estabilidade e dos acordos que têm com o imperialismo americano.

Em simultâneo, no Irão, as massas deitam abaixo o regime pró-imperialista do xá. Esse foi o motivo por que o golpe de Estado do PDPA espalhou o pânico na burocracia do Kremlin, para quem a “coexistência pacífica” com o imperialismo passava pela preservação do

## ● DOSSIÊ

>>>

regime de Daud. A burocracia preocupa-se tanto mais, quanto a fracção maioritária do PDPA, o *Khalq*, adopta uma política que, sem apelar à mobilização das massas, multiplica as proclamações “revolucionárias”, que incitam os grupos fundamentalistas a juntarem forças, apoiando-se no repúdio crescente do governo de Kabul entre o campesinato.

O imperialismo americano enxerga uma oportunidade histórica de armar uma cilada à burocracia do Kremlin e infligir um golpe maior à União Soviética. Como mais tarde contará Zbigniew Brzezinski, antigo conselheiro do presidente democrata Jimmy Carter: “*Segundo a versão oficial da história, a ajuda da CIA aos mujahidin começou durante os anos noventa, ou seja, depois de o exército soviético ter invadido o Afeganistão, no dia 24 de Dezembro de 1979. A realidade, mantida secreta, foi, porém, outra, completamente diferente: foi no dia 3 de Julho de 1979 que o presidente Carter assinou a primeira directiva em matéria de assistência clandestina aos oposicionistas ao regime pró-soviético de Kabul. Nesse mesmo dia, eu escrevi uma nota ao presidente em que lhe explicava que, no meu parecer, essa ajuda iria provocar uma intervenção militar dos soviéticos.*” (*Le Nouvel Observateur*, 15 de Janeiro de 1998).

A burocracia da URSS cairá de cabeça na cilada. Será incitada a intervir já pela ingerência americana, já pela política da clique no poder em Kabul, teoricamente sua sequaz. Em Setembro de 1979, o chefe do governo, Taraki, é assassinado por um dos seus rivais da direcção do *Khalq*, Hafizullah Amin, que o Kremlin considera incontrolável. O exército soviético entra no Afeganistão em Dezembro de 1979, primeiro para liquidar Hafizullah Amin, logo no dia 27. Moscovo confia o palácio presidencial à fracção *Parcham* (Babrak Karmal, depois Mohammed Najibullah), a mais determinada a preservar o Estado feudal comprador.



Início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão.

Em 15 de Janeiro de 1980, o Comité Paritário pela Reorganização (Reconstrução) da IVª Internacional publica uma declaração em que condena a intervenção soviética, realizando um comício em Paris em Fevereiro de 1980. Recorde-se que o Comité Paritário agrupava, nessa altura, as forças que se batiam pela reorganização (reconstrução) da IVª Internacional, combate cuja continuidade o CORQI hoje reivindica. A declaração do Comité Paritário torce o pescoço aos argumentos dos estalinistas e dirigentes pablistas que achavam que a intervenção tinha um carácter “progressista”: “*Se fosse assim, se o caso fosse ajudar o povo afegão a enfrentar o imperialismo na sua luta pela realização das suas aspirações nacionais e sociais, bastaria aos dirigentes da URSS mandarem as suas tropas deixarem as suas armas ao cuidado do movimento revolucionário das massas afegãs.*” Em contrapartida, sustenta a declaração, “*Para o imperialismo, e, em particular, para o imperialismo americano, que está concentrando os seus meios diplomáticos, económicos e militares contra a revolução no Irão, o caso é usar o melhor possível a possibilidade que a burocracia do Kremlin lhe oferece para desviar a atenção dos seus planos. (...) O imperialismo usa a oportunidade que lhe é dada para agravar, em todos os domínios, a pressão sobre o Estado operário degenerado e sobre as próprias*

*massas soviéticas. (...) A intervenção das forças armadas da burocracia facilita, assim, a pressão do imperialismo sobre a URSS.*” A intervenção é, por conseguinte, “*contra-revolucionária pelos seus métodos e na sua substância. Agravou as ameaças que pairam sobre as conquistas da revolução de Outubro, de que a burocracia é o coveiro. Nada tem de apoio à luta das massas deserdadas do Afeganistão contra o imperialismo, os grandes proprietários fundiários e a burguesia. Pelo contrário, é a política contra-revolucionária da burocracia que cria o risco de ir fazer parar os operários e camponeses afegãos aos braços de dirigentes reaccionários. Essa política não representa, por forma alguma, uma medida decorrente da defesa da URSS contra uma agressão imperialista. Facilita, ao invés, a mobilização contra-revolucionária do imperialismo*”

É exactamente o que acaba por se produzir. O exército soviético atolar-se-á no Afeganistão durante dez anos, só o deixando em 1989 face à resistência armada essencialmente dirigida por grupos fundamentalistas (embora dela participem igualmente grupos nacionalistas e maoístas). A corrida aos armamentos irá esgotar passo a passo a economia soviética. A intervenção soviética irá, deste modo, contribuir para acelerar o processo pelo qual a burocracia levará até às últimas consequências

a sua natureza “restauracionista”, até à destruição da URSS, decidindo então os seus “principais responsáveis (...) monetizar os seus privilégios e transformá-los em propriedade” (*The Economist*, 10 de Dezembro de 2011). A URSS cai em Dezembro de 1991. O regime de Najibullah (que, desde 1987, trocara as lantejoulas “marxistas-leninistas” por novas casacas “nacionalistas”) sobreviver-lhe-á quatro meses: é varrido pelos grupos armados que entram em Kabul em Abril de 1992.

## O Afeganistão e o imperialismo americano

Na acima citada entrevista, perguntam a Brzezinski: arrepende-se? O representante dos interesses bem entendidos do imperialismo americano responde: “Arrependo-me de quê? A operação secreta era uma ideia ótima. Teve como efeito atrair os russos para a armadilha afegã e querem que eu me arrependo? (...) O que é mais importante à luz da história mundial? Os talibãs ou a queda do império soviético?”

Mesmo dirigida pela burocracia, saída da degenerescência estalinista da revolução, a simples existência da União Soviética, assente na expropriação do capital em um sexto do planeta, era intolerável para o imperialismo. Da mesma maneira que hoje a existência da propriedade estatal na China, saída da vaga revolucionária de 1949, lhe é intolerável, por muito longe que a burocracia chinesa tenha ido na sua política de “abertura ao mercado”.

O imperialismo americano empregou, portanto, os meios que se impunham para precipitar a queda da URSS. A “operação Ciclone” da CIA, iniciada no dia 3 de Julho de 1979 sob a presidência democrata de Carter, só terminará no dia 1 de Janeiro de 1992, sob a presidência republicana de Bush, alguns dias depois da dissolução da URSS pelos seus dirigentes. Em 1980, a administração Carter afectou 30 milhões de dólares anuais à ajuda aos *mujahidin*, em 1985

a administração Reagan afectou 250 milhões anuais, que passaram a 630 milhões em 1987. Em de Março de 1985, a administração Reagan deu um novo passo, fornecendo material militar e, especialmente, mísseis solo-ar Stinger. Para encaminhar a ajuda financeira e militar, o imperialismo americano apoiou-se nos seus dois principais aliados na região. Primeiro, o regime militar paquistanês, cujos serviços secretos, o ISI, alimentam os “sete de Peshawar”, sete movimentos fundamentalistas. Depois, a Arábia Saudita, que facultará, nomeadamente, a colaboração do filho de uma grande família principesca, Osama Bin Laden, com o programa da CIA.

À queda do regime de Najibullah, estes setes movimentos fundamentalistas digladiaram-se numa interminável guerra civil pelo controlo de Kabul. Foi nessa altura que uma parte dos *mujahidin* se retirou para o Paquistão, para as escolas religiosas – daí o apodo que depois tiveram, talibãs, isto é, estudantes –, onde o ISI os irá estruturar e usar para se ingerir na situação afegã (ler na página 12). Partindo de Kandahar a 100 Km da fronteira paquistanesa em 1994, os talibãs tomam

Kabul em Setembro de 1996, pondo termo à guerra civil entre as facções armadas. Nessa época, o secretário de Estado do presidente americano Clinton, Madeleine Albright, aplaude “um passo positivo”. O emirado islâmico do Afeganistão é, então, reconhecido por três aliados próximos dos Estados Unidos, o Paquistão, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Os contactos a alto nível entre o imperialismo americano e o “emirado islâmico” dos talibãs, e com o seu hóspede Bin Laden e a sua rede Al Qaida, perdurarão por muito tempo... até ao próprio dia seguinte ao dos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, reivindicados pela Al Qaida, que provocaram a morte de quase 3000 cidadãos americanos. Assim, o “terrorismo” contra o qual o presidente George W. Bush apela a “declarar guerra” a seguir ao 11 de Setembro de 2001, e o ataque ao Afeganistão por uma vasta coligação militar dirigida pelos Estados Unidos em 7 de Outubro de 2001, sob o pretexto de que o regime talibã se recusava a entregar Bin Laden e a sua rede, esse “terrorismo” é um terrorismo de geometria variável.



Osama Bin Laden, glorificado pelo diário britânico *The Independent* (6 de Dezembro de 1993): “O antigo guerreiro contra os soviéticos põe o seu exército no caminho da paz.”

## ● DOSSIÊ

>>> No dia 7 de Novembro de 2001, num comício internacionalista contra a guerra, em Paris, o então secretário nacional do Partido dos Trabalhadores, Daniel Gluckstein, recordava: “O terrorismo de que nos falamos é um terrorismo de geometria variável. Um terrorismo que se revelou a partir do 11 de Setembro (de 2001), só que se esquecem de nos dizer que, no dia 21 de Maio último (de 2001), o general Colin Powell (então secretário de Estado dos Estados Unidos – NdR) entregou 42 milhões de dólares ao regime dos talibãs, em pessoa, em Kabul. Terrorismo de geometria variável: todos ouviram que há listas de organizações suspeitas de financiar os terroristas. A lista foi feita pelo presidente Bush. O que não voz dizem, contudo, é que no dia 26 de Outubro último (de 2001) – portanto, há apenas duas semanas – foi tornada pública a ruptura dos laços financeiros entre a família saudita Bin Laden e o fundo de investimentos americano Carlyle. Este fundo de investimentos é dirigido por Frank Carlucci,

antigo ministro da defesa, antigo vice-director da CIA; o fundo dá também emprego a James Baker, antigo secretário de Estado e, igualmente, de vez em quando, ao antigo presidente George Bush (pai de George W. Bush – NdR). Até ao dia 26 de Outubro último, uma organização que emprega o pai do actual presidente dos Estados Unidos estava em constante relação com a família Bin Laden (informação dada pela agência France-Presse em 26 de Outubro de 2001).”

Da tribuna do mesmo comício, Nancy Wohlforth, vice-presidente da AFL-CIO do Estado da Califórnia (Estados Unidos), denunciou que “durante anos, o gigante americano do petróleo chamado Unicall negociou com os talibãs a obtenção de uma licença de construção de um oleoduto, no intuito de se apropriar dos lucrativos mercados do Sul e Sudeste Asiático. As negociações de que vos falo ocorreram em 1997, quando uma delegação dos talibãs se deslocou a Washington e Houston para se encontrar com o governo

americano e com os dirigentes da Unicall. Quem se preocupava nessa altura com as execuções públicas perpetradas pelos talibãs? Quem se preocupava com o tratamento que eles infligiam às mulheres afegãs?”

Não passaram mais de dez anos entre a intervenção militar da NATO que expulsou os talibãs de Kabul (Outubro de 2001) e o reatamento de contactos entre a administração americana – então na presidência do democrata Obama – e os talibãs, em Dezembro de 2011, a que se seguiu a abertura de uma representação oficial do movimento talibã no Qatar, negociada entre os Estados Unidos, a Alemanha, o Qatar e os talibãs... pondo o regime fantoche de Hamid Karzai (criado pela NATO) perante o facto consumado. As negociações que então se abriram sob Obama pararam os acordos celebrados em 29 de Fevereiro de 2020 sob Trump, levados à prática em Agosto de 2021 por Biden. ●



Biden no regresso dos soldados americanos mortos no atentado de Kabul de 29 de Agosto de 2021.

# Factos de que os defensores do Programa da IVª Internacional devem tomar conhecimento

Por Olivier Doriane

Em 2015, a conferência nacional constituinte da TCI dirigiu-se a *“todos os defensores do programa da IVª Internacional”*, realçando que o abandono da *“luta efectiva pelo agrupamento de grupos, correntes e militantes que procuram a independência de classe”* e da *“construção de partidos operários independentes (...) leva ao abandono do programa da IVª Internacional. Eis o que está na raiz da ofensiva de desmantelamento em curso. Ofensiva internacional, pois; tivesse ela embora o seu ponto de partida em França, não é um “problema francês” que está em causa, mas a IVª Internacional.”*

**A** crise da IVª Internacional começou, de facto, por se manifestar na secção francesa, junto de quem ficava o secretariado da IVª Internacional. Seis anos passaram. Há factos entretanto ocorridos em França que devem ser levados ao conhecimento dos militantes que se reivindicam da IVª Internacional em todo o mundo, particularmente dos militantes impedidos de debater pelo grupo que se apoderou da sede, em

Paris, em 2015. São factos que vêm confirmar que, quando um barco perde as amarras, pode ir parar muito, muito longe...

A política dos que hoje dirigem a CCI não se ficou, assim, pelo abandono do programa da IVª Internacional. Vai muito além. Em causa está a própria noção de classes com interesses antagónicos e, com ela, a própria existência do movimento operário organizado. Dê-se então a palavra aos factos<sup>(1)</sup>.

## O contexto

Em França, o governo capitalista de Macron está em crise, destabilizado, isolado. Em Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020, a mobilização de milhões de trabalhadores em defesa do sistema de aposentação suscitava a questão da greve geral. Posto que o confinamento tivesse posto um travão a este movimento de conjunto, muito rapidamente se desenvolveu nas empresas uma vaga de greves operárias organizadas pelos

próprios trabalhadores, arrastando consigo os seus sindicatos locais. Seguiu-se a maciça rejeição nas eleições de Junho de 2021, quando a votação no partido do presidente se reduziu a 3% dos eleitores inscritos. As instituições francesas são instituições de tipo bonapartista inacabado. Um bonaparte define-se pela capacidade de congregar. Um bonaparte com 3% é, por conseguinte, um factor de fragilização das instituições do Estado burguês.

A catastrófica gestão da crise sanitária – durante a qual o governo Macron mentiu sem parar, recusou afectar aos hospitais os meios de que necessitavam e continuou a fechar centenas de serviços hospitalares ou até hospitais inteiros – gerou um movimento de repulsa profunda em toda a população.

Nem por isso Macron, entalado pela crise sem saída do capitalismo, deixou de insistir na sua ofensiva anti-operária. Isolado no país, pôde, contudo, beneficiar do apoio de todos os aparelhos de cúpula – políticos como sindicais – do movi-



Toulon, Sábado, 7 de Agosto de 2021

## ● ANÁLISE

>>> mento operário.

Recorde-se uma vez mais que, no início da pandemia, uma votação por unanimidade na Assembleia Nacional, em 19 de Março de 2020, selou um pacto entre Macron e todos os partidos, da extrema-direita à extrema-esquerda, atribuindo aos bancos e capitalistas 343 mil milhões de euros, mais tarde aumentados para 560 mil milhões. 560 mil milhões, cuja falta para acorrer às necessidades do povo trabalhador em matéria de saúde, ensino e trabalho é cruelmente sentida, mas de que os capitalistas se servem para despedir e para dar munições para os accionistas e bancos especularem.

Ainda hoje não há força institucional que impugne a legitimidade do governo Macron.

É isso que lhe permite proferir um discurso, no dia 12 de Julho de 2021, que representa uma autêntica declaração de guerra contra a classe operária. Anunciou, num mesmo movimento, a promulgação de uma lei sanitária que impõe um “certificado sanitário” e institui uma nova causa de despedimento inédita em França (a não vacinação, uma razão do foro médico, portanto), a passagem à prática de uma “reforma” do seguro de desemprego que ameaça 1,3 milhões de trabalhadores de sofrerem uma redução de até 30% do subsídio que recebem e o relançamento da “reforma” do sistema de aposentação.

Ante este plano de guerra unificado de Macron, não se pode deixar de notar que, na prática, os dirigentes das organizações sindicais, ao nível confederal, se esquivaram. Passados uns comunicados de protesto, nada aconteceu.

### Os factos do Verão de 2021

A partir de meados de Julho, começaram a realizar-se manifestações de massa todos os sábados, que juntaram centenas de milhares de participantes. A forma destas manifestações não teria sido possível se os aparelhos dirigentes do movimento operário

(que deixam as mãos livres a Macron) não se tivessem recusado à mínima iniciativa. Enquanto Macron anuncia uma ofensiva de grande amplitude contra os direitos operários, as direcções confederais mantêm-se em repouso. Nestas condições, as manifestações do Verão de 2021 tiveram carácter muito ecléctico, heterogéneo, sem base de classe, permitindo que as forças da reacção e da extrema-direita nelas ocupassem lugar importante. É facto por todos reconhecido (inclusive por quem, na “esquerda”, é a favor de participar em tais manifestações).

Em Paris, no dia 17 de Julho, Florian Philippot, dirigente do partido de extrema-direita *Les Patriotes*, organizou uma manifestação. À cabeça do cortejo, juntou-se a Dupont-Aignan, presidente de *Debout la France*. “Desfile histórico”, declara então Florian Philippot à imprensa: “Estamos muito contentes, está imensa gente. Toda a gente se uniu para defender a liberdade e os nossos valores mais caros à França.” Em muitos desfiles, na província, participam grupos antivacinas. Em Marselha, há manifestantes que denunciam os “carneiros” que se deixam vacinar. A presença de manifestantes que lá vão para dar voz à sua rejeição das medidas de Macron e à sua cólera é inegável. O carácter ecléctico dos cortejos deve-se, repete-se, a que os dirigentes do movimento operário se esquivaram, permitindo que as manifestações dos sábados aparecessem como a única iniciativa existente. Mesmo assim, outro facto há, igualmente incontestável: a presença e o papel importante da extrema-direita.

### As Informations ouvrières alimentam a confusão...

Foi esse o momento escolhido pela direcção da actual CCI para dar um salto qualitativo. O jornal *Informations ouvrières* (nº 664, de 2 de Julho) valoriza no seu “todo”, em termos lisonjeiros, as manifestações de sábado, 17 de Julho. Es-

creve, por exemplo, o jornal: “Após as primeiras concentrações, essencialmente espontâneas, do dia 14 de Julho, a própria polícia contabilizou 114.000 manifestantes no dia 17 de Julho. Portanto, na verdade muito mais, em mais de 130 cidades. Em pleno período de férias de Verão. (...) Os manifestantes deram cabo dos prognósticos dos serviços de informação, que esperavam 40.000 participantes. Foram três vezes mais. O editorialista do Figaro avisava, a seguir ao 14 de Julho: “Isto é um sinal para o governo.” Para poderem apoiar estas manifestações, as *Informations ouvrières* chegam ao ponto de negar a presença nelas das forças da reacção. Escrevem: “É verdade que, nas concentrações de 14 e 17 de Julho, havia representantes da extrema-direita e dos “antivax”, e iluminados, especialmente numa das manifestações de Paris. Contudo, tanto na capital como em todo o lado, eram uma minoria ínfima.” Já não falando de que a presença de “representantes da extrema-direita” numa manifestação, mesmo que em minoria, levanta, só por si, um problema, a afirmação das *Informations ouvrières* é falsa. A manifestação mais numerosa de Paris do dia 17 de Julho foi a convocada e organizada por Philippot e pelos *Patriotes*. Foram eles que apresentaram o pedido de itinerário à prefeitura. E eram faixas dos *Patriotes* e da *Debout la France* que abriam o cortejo.

### ...e introduzem a extrema-direita como componente do “movimento popular”

O nº 665 de 29 de Julho das *Informations ouvrières* valoriza uma vez mais as manifestações na sua globalidade: “Uma vez mais, no sábado, 24 de Julho, em pleno período de férias estivais, mais de 160.000 pessoas manifestaram-se em todo o país contra o governo Macron, contra o seu certificado sanitário liberticida. Este número, oficial, está, como é evidente, muito subestimado. “Reforça-se a mobilização dos opositores”, titula Le



Figaro na segunda-feira seguinte. O jornal não pode deixar de dar constância de um número “fortemente em alta em relação às manifestações da semana anterior, já de si substanciais, e particularmente considerável para um mês de Julho”. Acrescentando: “A cólera era palpável, a rejeição de Macron, maciça”. É o menos que se pode dizer, como os nossos correspondentes atestam”. O mesmo número das *Informations ouvrières* polemiza contra quem quer que relate um facto de todos visível: a presença da extrema-direita nos cortejos. Na página 16, lê-se: “A imprensa destaca Florian Philippot e alguns iluminados. Os responsáveis do governo, apoiados pelos responsáveis políticos de direita e de esquerda, denunciam o ascenso da extrema-direita. Sim, havia gente da extrema-direita, “antivax”, iluminados e conspiracionistas, mas em extrema minoria.” O número de 5 de Agosto insiste: “É evidente que, como em qualquer explosão popular, há alguns elementos da extrema-direita, os antivax, os conspiracionistas, iluminados de todos os jaezes, mas são extremamente minoritários, e a massa que comparece está lá contra o certificado sanitário, mas também, como comprovam numerosas faixas, contra as contra-reformas das aposentações e do seguro de desemprego.” Afigura-se à redacção das *Informations ouvrières* “evidente” que, numa “mobilização popular”, haja “elementos da extrema-direita”. Já a tradição do movimento operário é mais de considerar que as manifestações populares devem expulsar os fascistas e a extrema-direita. Quanto às “numerosas” faixas que as *Informations ouvrières* anunciam com dizeres sobre o seguro de desemprego e as aposentações, o jornal (o único jornal que as refere) não conseguiu encontrar nas suas 16 páginas espaço para uma fotografia que fosse que desse crédito ao que diz.

No nº 668, de 19 de Agosto, continua. As *Informations ouvrières* citam a evocação por *Le Monde*, jornal da burguesia francesa, da extensão do movimento: “Pouco

importam os números, o que é notável é a extensão do movimento. Neste sábado, 14 de Agosto, quinto dia de manifestação nacional contra o certificado sanitário, a mobilização, embora recuando ligeiramente – 215.000 manifestantes recenseados pelo Ministério do Interior, contra 237.000 na semana anterior –, manteve-se tão forte quanto inédita para um fim de semana de 15 de Agosto. (...) Contaram-se umas 217 manifestações em todo o território, entre as quais três desfiles em Paris que juntaram 14.000 pessoas. O fenómeno com que o executivo está a braços é agora um fenómeno enraizado que parece estar para durar.” As *Informations ouvrières* apresentam, pois, todas as manifestações de Paris como expressão do repúdio a Macron. Já não falando do carácter eclético de cada uma delas, não há, cinco semanas passadas, quem não saiba que uma das três manifestações parisienses é convocada todos os sábados pelo partido “*Les Patriotes*”, dirigido pelo antigo braço direito de Marine Le Pen. Nesse cortejo, como em várias cidades de província, assistiu-se a um florilégio não só de bandeiras tricolores, mas também de bandeiras monárquicas com a flor de lis.

Isso não impede a direcção da CCI de continuar a aplaudir como um todo homogéneo “as centenas de milhares de manifestantes que saíram à rua neste sábado, 14 de Agosto, para rejeitar o certificado sanitário”.

### ... justificando-o!

A CCI tem constituído aquilo a que chamou comités de resistência e reconquista. Costuma dar destaque ao de Montpellier, no departamento do Hérault. Este último publicou uma contribuição – divulgada em panfleto – de um dirigente da CCI intitulada “*Extrema-direita e obscurantismo nas manifestações sobre a lei do “certificado sanitário”?* Estão a brincar com quem?” Escreve ele: “*Passemos então rapidamente à extrema-direita (...) quantos inci-*

*entes houve por causa da origem dos participantes? Quantas observações ofensivas ou tentativas de correr com uma mulher com véu de alguma das manifestações? A resposta é: nenhuma. Não houve o mínimo incidente.*” O deslante! Naquela cidade, no dia 24 de Julho, militantes da *Ligue du Midi*, organização abertamente racista, agrediram um grupo de militantes que se reclamavam do comunismo para lhes tirarem a bandeira vermelha. A acção foi reivindicada no canal Telegram *Ouest Casual* nos seguintes termos: “*Os fafs (a França para os franceses) locais ensinaram-lhes o lugar da sua ideologia, deitando-lhes a bandeira para o esgoto.*” Uma semana mais tarde, trabalhadores árabes foram tratados de “*bamboulas*” (termo racista herdado da era colonial). Um pai de família falou disso na imprensa “*Vim-me manifestar contra o certificado sanitário, não vim para me chamarem bamboula.*” Também nesta cidade, no dia 7 de Agosto um posto de vacinação foi saqueado por manifestantes.

Ora, o responsável da CCI não viu nada disto. “*Passemos rapidamente*”, atreve-se ele a escrever. Não vamos estar com coisas só por causa de umas bandeiras vermelhas arrancadas, insultos racistas, agressões e postos de vacinação destruídos!

Continua ele: “*É verdade que houve personalidades da extrema-direita que se fizeram convidadas em Paris. E depois? Foram três ou quatro políticos mediáticos, a massa dos manifestantes não tinha nada que ver com eles.*” À cabeça da manifestação de Paris, um ex-candidato da extrema-direita às eleições presidenciais com uma faixa do seu partido – que mais dá!

No panfleto, o responsável da CCI sente-se no direito de ironizar: “*Bandeiras francesas e a Marselhesa? Como em todos os jogos de futebol.*” Para o ex-militante trotskista, haver bandeiras tricolores e ouvir-se a Marselhesa não interessa. E, daí, chega longe, bem longe.

## ● ANÁLISE

>>> Em França, como em todos os países, a bandeira dos trabalhadores é a bandeira vermelha “*cravada nas barricadas pelos heróis de 48*”, a bandeira “*vermelha de sangue operário*” (da letra de um velho canto revolucionário, a Bandeira Vermelha). Quanto à bandeira tricolor, é a bandeira dos “*versalheses*” que esmagaram a Comuna de Paris. Ainda antes da semana sangrenta, os comunardos escreviam, em Abril de 1871: “*Depois de ter sido a bandeira da revolução e a sua glória, depois de ter sido manchada por todas as traições e desvergonhas da monarquia, a bandeira tricolor passou a ser o estandarte enxovalhado dos assassinos de Versalhes.*” (7 de Abril de 1871, comissão municipal do 12º bairro). Não é despidendo lembrar que o PCF (uma vez caído sob o mando da burocracia estalinista) começou oficialmente a reivindicar-se da bandeira tricolor (e da Marselhesa) no dia 14 de Julho de 1935, no momento, portanto, em que a Internacional Comunista passava definitivamente para o lado da ordem burguesa (1933 na Alemanha)<sup>(2)</sup>.

O responsável da CCI continua: “*Se quiserem ver o que é a unidade da nação, da República na sua tradição generosa e solidária, olhem para estas manifestações.*”

As *Informations ouvrières* de 26 de Agosto ainda irão mais longe, condenando os “*riscos de fractura do país*”. Num país imperialista, o apelo à preservação da unidade do país, não é mais do que um apelo à união nacional indiferenciada de todas as classes. Não “*fracturem*” as manifestações em que se pavoneiam racistas, militantes da extrema-direita e reaccionários de todo o género e feitio!

### Meia confissão

O nº 669 de 21 de Agosto das *Informations ouvrières* citava o secretário-geral da CGT: este excluía desfilar “*ao lado de pessoas que falam da imigração como de uma ameaça, estou a pensar, por exemplo, em Florian Philippot*”. Ah sim? Afinal sempre havia representantes da extrema-direita nas

mobilizações...<sup>(3)</sup>. Imperturbáveis, as *Informations ouvrières* prosseguem, como se nada fosse: “*a vontade de Macron esbarra numa resistência inédita, que põe o chefe de Estado na primeira linha: uma vez mais, pela sexta semana consecutiva, em pleno verão, dezenas de milhares de manifestantes saíram à rua em toda a França neste sábado, 21 de Agosto.*”

### Duas posições face a face

Eles não abandonam as referências de classe num sentido puramente literário. Há reflexos na vida real. Nas organizações sindicais, os militantes da CCI batem-se pela aprovação de apelos à participação “*nas manifestações de sábado*”. Quando são bem sucedidos – ou pura e simplesmente se impõem sem discussão, redigindo comunicados solitários – o resultado é que os sindicalizados são convidados a irem a manifestações sem cortejos sindicais, sem faixas próprias, sem qualquer carácter de classe. A organização sindical de classe dissolve-se nestas manifestações.

Não pára aqui. Numa federação sindical – a do ensino – bem conhecida por ser dirigida por responsáveis da CCI, uma circular relata nestes termos um debate entre organizações sindicais: “*Os dirigentes da Sud e da FSU deram conta da sua posição quanto à promoção da vacinação e à luta contra a extrema-direita. O comunicado não o menciona, e ainda bem, pois nós não somos directores de consciência da classe operária. Esse tipo de posição teria contribuído para dividir o pessoal*”. O movimento sindical denunciar a extrema-direita: um acto de divisão?

Pela sua parte, a secção francesa da IVª Internacional bateu-se e bate-se por ajudar o movimento operário a escapar à armadilha que se lhe estende e por apoiar qualquer iniciativa de organizações sindicais que sirva para que o movimento operário

intervenha de maneira independente. Os militantes trotskistas não são, aliás, os únicos a querer actuar nesse sentido.

No mês de Julho, no sábado, 24, manifestaram-se em Chartres, no departamento de Eure-et-Loire, 10 mil trabalhadores que responderam à convocação das uniões sindicais da CGT e da FO do departamento. As bandeiras vermelhas dos sindicatos eram dominantes. No fim da manifestação, a cabina de som lançou *A Internacional*. As palavras de ordem ligavam a rejeição do certificado sanitário à luta contra os despedimentos e apelavam à unidade de todos os trabalhadores.

Nas últimas semanas do mês de Agosto, várias organizações sindicais lançaram iniciativas durante a semana, para se distinguirem das eclécticas manifestações dos sábados. E os responsáveis dessas organizações sindicais, militantes de todas as tendências, fizeram-no, cada vez mais, de maneira explícita, denunciando a presença da extrema-direita nas manifestações.

Em Metz, o MRAP (uma organização democrática de luta contra o racismo e o anti-semitismo) declarou que “*o que se viu na manifestação de Metz de sábado, 7 de Agosto, foi anti-semitismo do mais descarado. Uma faixa grande exibia uma lista de nomes de personalidades conhecidas pela sua origem judaica. No centro, a pergunta: MAS QUEM? pergunta que, depois da entrevista dada por um general signatário do recente apelo faccioso, se tornou na expressão na moda para designar de modo aparentemente disfarçado o mítico “lobby judeu”. (...) A pessoa que desfilava com essa bandeirola era perfeitamente identificável: uma antiga candidata da Frente Nacional e antiga chefe de gabinete de Louis Aliot. Aquele partido, depois União Nacional (RN), não consegue fazer esquecer que a sua construção assentou estruturalmente na continuação das correntes racistas e anti-semitas existentes na sociedade francesa.*” Esta demonstração anti-semi-

ta na manifestação de Metz terá como consequência que o secretário da união departamental da CGT toma a iniciativa de uma concentração sindical separada, durante a semana. A organização sindical demarcava-se, assim, do amálgama e da confusão. O responsável da união departamental da *Force ouvrière*, que se associou a essa concentração, explicou que “a FO não apelou às manifestações de sábado por elas ultrapassarem o quadro sindical e as suas palavras de ordem não serem compatíveis com as reivindicações sindicais”. Em Lyon, uma união sindical convocou uma concentração para 26 de Agosto: “A CGT recusa aproximações aos movimentos fascistas que tentam aproveitar-se da situação para propagarem o seu veneno anti-social. A defesa dos interesses dos trabalhadores é incompatível com os projectos da extrema-direita.” Em Saint-Brieuc, a união departamental da CGT explicava, em comunicado de imprensa de 17 de Agosto: “A CGT não pode deixar de reagir à atitude dos partidos e movimentos de extrema-direita que se têm mobilizado este verão. A vinda de Philippot, que é presidente do movimento de extrema-direita Les Patriotes, não acontece por acaso. (...) Esta mobilização, repetida em várias cidades do departamento, deixa transparecer um discurso que é próprio da extrema-direita. É um discurso que se alimenta do medo do progresso e alimenta narrativas conspiracionistas e obscurantistas, lemas e símbolos racistas e anti-semitas. O descontentamento com o governo é legítimo, e a extrema-direita alimenta-se dele; utiliza-o para propagar a sua ideologia reaccionária.” Até uma organização sindical de Toulon que convoca para as manifestações de sábado tem de reconhecer que “Sim, a extrema-direita está presente e interveniente. Sim, exhibe os seus autarcas como bandeiras. Sim, organiza intervenções públicas, no final das manifestações, que vão bem além das palavras de ordem gritadas pela grande maioria das pessoas nas manifes-

tações. (...) A extrema-direita é a única organização a mostrar as suas cores na manifestação de Toulon... e a destilar as suas ideias abertamente. Também há uns conspiracionistas que distribuem panfletos que tiram de dentro do casaco”. Em Tours, um sindicalista hospitalar cuja organização convocou uma manifestação durante a semana declarava que nas “manifestações de sábado há faixas, há pessoas que ostentam a cruz amarela, isso faz-nos espécie”. Na mesma cidade, o sindicato *Sud* denunciou, em comunicado de imprensa, a agressão física violenta de que sindicalizados foram vítimas por parte de grupos de extrema-direita numa das manifestações de sábado.

Não só os redactores das *Informations ouvrières* nada viram de tudo isso; ainda o negam.

### Uma deriva sem fim à vista

A deriva da CCI não conhece limites. Teremos razão em achar que ocorreu um salto qualitativo?

Nunca se viu uma organização que tivesse a pretensão – fosse ela formal – de ser trotskista convocar manifestações sem critério de classe que misturassem trabalhadores iludidos pela política dos aparelhos e racistas organizados, partidários da extrema-direita.

O problema não é só a extrema-direita. O problema está na questão mais geral da independência de classe. A CCI anda mais de 170 anos para trás. Em 1848, os caminhos da classe operária e da burguesia separaram-se de uma vez por todas. Em Junho de 1848, a classe operária, que, quatro meses antes, varrera a monarquia em aliança com a burguesia, vê abater-se sobre ela a repressão sangrenta da burguesia, quando reivindica o direito ao trabalho. Marx e Engels tiraram daí a conclusão da necessidade absoluta de o proletariado se tornar independente da burguesia.

Desde essa data, a corrente

marxista do movimento operário afirmou sempre a necessidade absoluta de independência da classe operária de todo e qualquer partido burguês. A atitude para com a aliança com a burguesia é uma linha de demarcação dentro do movimento operário.

Neste ponto, as duas componentes oriundas da crise da IVª Internacional adoptam e levam à prática orientações diametralmente opostas:

– Os militantes da TCI – conjuntamente com todos os militantes operários interessados em preservar as suas organizações – trabalham para que, sejam quais forem as circunstâncias, os sindicatos se afirmem e as manifestações relacionem a rejeição da lei do “certificado sanitário” com as reivindicações operárias. Batem-se por que a acção sindical pelas reivindicações se enraíze nas empresas. Apoiam todas as iniciativas que visem arrancar as organizações sindicais ao amálgama das manifestações interclassistas.

– Em sentido diametralmente oposto, responsáveis da CCI intervêm nas organizações sindicais por que estas se associem à convocação das manifestações de sábado. Impelem os sindicatos a dissolverem-se neste movimento sem fronteiras de classe. Opõem-se a quem diga que nós não nos podemos manifestar ao lado da extrema-direita fascizante.

Cumpra-se assim, posto que de maneira infeliz, a substância da ruptura de 2015. Ao abandonarem a luta pela construção do partido – e, portanto, pela sua independência dos aparelhos –, aqueles que infligiram um golpe à IVª Internacional em 2015 viram-se impelidos a perder as referências de classe. E a intervirem nas organizações sindicais como factor de dissolução destas.

### ... que exige a defesa da bandeira sem mácula da IVª Internacional

O plenário da direcção da TCI

>>>

## ● ANÁLISE

>>> de 29 de Agosto adoptou “Notas sobre a situação e as nossas tarefas”, como documento preparatório do 56º congresso da secção francesa da IVª Internacional. Nelas pode ler-se:

“O problema que está à vista não é só o da coabitação com a extrema-direita, é, mais geralmente, o problema da independência do proletariado. Se o Comité pela Resistência e pela Reconquista, da CCI, visa, através da confusão de siglas, fazer crer que se está a reconstituir o Conselho Nacional da Resistência, é forte a ressonância com aqueles que convocam estas manifestações pela “mais ampla união da extrema-direita à extrema-esquerda “realizada” atrás da palavra de ordem da liberdade”. Tal não é, nunca foi, a posição da IVª Internacional. (...) A separação entre a CCI e a TCI nunca terá sido tão clara como nesta circunstância: a CCI impulsiona apelos de organizações sindicais a “aderir a todas as manifestações de sábado contra o certificado sanitário”, empurrando o movimento operário a submeter-se ao arco sem limites da extrema-direita à extrema-esquerda e, inclusive, a nele se dissolver; uma vez que, em muitos casos, os sindicatos que convocam nem sequer aparecem com as suas palavras de ordem e bandeiras nas concentrações; os militantes da TCI, em contrapartida, impulsionam por toda a parte, a todos os níveis, particularmente nas organizações sindicais, a discussão sobre as palavras de ordem e iniciativas específicas e independentes para a mobilização possível e necessária do movimento operário no seu próprio terreno.” ●

27 de Agosto de 2021

Este artigo acabou de se redigir no dia 27 de Agosto. Logo no sábado, 28 de Agosto, houve uma manifestação contra o certificado sanitário na cidade de Compiègne. Apareceram tensões na cabeça do cortejo. Porquê? Coube a um responsável do POI explicá-lo a uma cadeia de informação local: “Houve gente que, não tendo depositado o itinerário da manifestação,



Manifestação em Paris, 24 de Julho de 2021

queria passar para a frente da manifestação, quando a manifestação tinha sido objecto de depósito legal; portanto, houve alguns desacordos”. Uma expressão francesa diz assim: “galantes termos para tais coisas dizer”.

Os “desacordos” incidiram, portanto, se bem percebemos, em qual havia de ser o grupo que devia encabeçar o cortejo comum. Mas que “gente” era aquela? Nada menos que uma organização nacional-católica de extrema-direita chamada Civitas. Esta organização ultra-reaccionária, com laços comprovados com os neonazis à escala europeia, apresenta-se a si mesma como um “movimento cuja finalidade é a restauração do reino social de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Tal gente nunca teria lugar, como é evidente, numa manifestação operária. Só que não era o caso. Ainda sobre o desenrolar da manifestação, o responsável do POI tem o desprazer de insistir: “Mas resolveu-se, agora está toda a gente a participar no desfile. Somos muitos, e isso é que interessa.”

É uma vergonha reivindicar-se trotskista e aplaudir um cortejo que desfila com uma organização de extrema-direita fascizante (e há igualmente militantes da União Nacional de Marine Le Pen no cortejo).

(1) Temos, obviamente, à disposição dos leitores que o desejarem cópias dos documentos citados neste artigo.

(2) O militante sindicalista revolucionário Maurice Dommangeat denunciou na altura a decisão do

PC, defendendo o “canto autónomo de classe” da classe operária (A Internacional) e o “canto da comunidade internacional dos homens sem capital e sem deuses”. Condenou o PCF por reabilitar “publicamente A Marselhesa no país em que o proletariado praticamente a abandonara.”

(3) Também aqui as *Informations ouvrières* não resistem a fazer batota: lê-se que “com a rentrée a chegar, as manifestações contra o certificado sanitário que se têm desenrolado cada fim de semana desde o dia 17 de Julho em toda a França prosseguiram no sábado passado e, convidado esta terça-feira pelo canal de TV LCI, o secretário-geral da CGT, Philippe Martinez, referiu ser a favor dessas manifestações, excluindo desfilar “ao lado de pessoas que falam da imigração como de uma ameaça, estou a pensar, por exemplo, em Florian Philippot”, presidente dos Les Patriotes e organizador de várias concentrações.” Compare-se com o que realmente foi dito: o jornalista que interrogava Martinez perguntou-lhe: “Apoia estas mobilizações?”. Ele respondeu: “Nem todas. É pontual, segundo o departamento. Você sabe muito bem que a CGT não se manifestará ao lado de gente que fala da imigração como de uma ameaça, por exemplo Philippot. Vocês falam muito das mobilizações dos sábados, mas há muitas mobilizações durante a semana. Estou especialmente a pensar nos hospitais”.

Vírus, pandemia, vacina...

## O que merece discussão e o que não a merece

Com, a fazer fé nos números fornecidos pelos vários governos, quase 4,5 milhões de mortos ao nível mundial, a pandemia de Covid-19 continua, há já um ano e meio, a atingir duramente a humanidade.

Os efeitos devastadores do vírus são agravados pela política de todos os governos capitalistas, que continuam a dismantelar os sistemas públicos de saúde e de segurança social, a privatizar a investigação pública fundamental e a subordinar-se aos grandes laboratórios farmacêuticos privados, cujos lucros conhecem crescimento exponencial. As “patentes” de vacinas garantem-lhes o monopólio do fabrico e comercialização, em detrimento da vida humana. Esta pandemia, que atinge todos os continentes, atinge mais duramente os trabalhadores, os camponeses, as massas deserdadas. Suscita numerosas interrogações, e assiste-se ao florescimento das mais nebulosas teorias a seu respeito. Os trabalhadores e os jovens interrogam-se. Tais interrogações são transportadas para dentro de todas as organizações do movimento operário e, portanto, também, das organizações que se batem pela reconstituição da IVª Internacional. As polémicas sobre a vacinação podem, nalguns casos, suscitar elementos de divisão na classe trabalhadora, desviando-a da luta contra o sistema de explo-

ração capitalista, único responsável pela catástrofe sanitária em andamento. Nesta situação, é mais do que necessário preservar a unidade das fileiras da classe trabalhadora e, no que nos diz respeito, a unidade das fileiras das organizações cuja base de combate é o programa da IVª Internacional. Por ocasião da convocação do 56º Congresso da secção francesa da IVª Internacional (a Tendência Comunista Internacionalista do Partido Operário Independente Democrático, que é filiada no CORQI), congresso que decorrerá nos dias 18 e 19 de Dezembro de 2021, a direcção da secção francesa, reunida em sessão plenária, decidiu publicar no primeiro boletim interno, que abre a discussão para o congresso, uma recomendação – adoptada por unanimidade – que aponta, no ponto de vista da direcção da organização, “o que merece discussão e o que não a merece”. Bem entendido, no âmbito do centralismo democrático, os militantes dispõem da mais completa liberdade de expressão, podendo, se assim o desejarem, intervir sobre todas as questões. A direcção da secção francesa, contudo, no que a si diz respeito, quis fazer este esclarecimento, a fim de focar a discussão do congresso no que ela considera ser o que está essencialmente em jogo no mesmo congresso, ou seja:

*“Em jogo está o reforço da organização trotskista nas vésperas da crise revolucionária, na luta pela construção e implantação do Partido Operário Independente Democrático e pelo desenvolvimento da Federação dos Jovens Revolucionários.*

*Em jogo está aprofundar-se a*

*discussão teórica com base nos princípios do marxismo.*

*Em jogo está a intervenção política independente da vanguarda para ajudar os trabalhadores a levarem eles próprios a cabo a sua luta de classe, sem se submeterem aos aparelhos.*

*Em jogo está defender o trotskismo e a luta pela Internacional com todos os nossos camaradas dos grupos e secções do CORQI.*

*O que está em jogo não é uma discussão ideológica.”*

A direcção da secção francesa reunida em plenário apresenta, deste modo, as seguintes reflexões aos militantes:

*“A discussão não incide na avaliação científica da vacina. O partido não vota sobre questões científicas. Staline impô-lo, com Lyssenko(\*), nós não. Tão-pouco vamos fazer uma discussão, na IVª Internacional, sobre a eficácia científica da vacina. É um assunto em que se movem as personalidades mais eminentes. Do que não há dúvida é de que há um vírus. É um facto. O segundo facto é que há vacinas. O terceiro facto indiscutível é que estas vacinas têm uma certa eficácia. Agressiva como é a variante delta, se não a tivessem, a situação sanitária seria, sem dúvida, muito mais complicada. Outra coisa que não dá azo a discussão entre nós: pode-se duvidar? Não é que se pode, deve-se. É saudável.*

*Mas ter dúvidas não quer dizer que a sua discussão tenha lugar no âmbito do congresso, dado que tais dúvidas remetem para questões científicas que, reitera-se, o partido não tem vocação para resolver. Por exemplo: não haverá na vacina*

>>>

## ● ANÁLISE

&gt;&gt;&gt;

substâncias que podem ser nefastas para a saúde? É possível – coisa que se pode dizer da vacina, mas não só. É uma pergunta a fazer a respeito da vacina como o é a respeito de outros medicamentos. Não vamos, porém, começar a discutir no partido se é lícito alguém afirmar que não há na vacina nenhuma substância nefasta. Não faz parte da discussão.

O mesmo quanto à objecção: poderá a vacina ter efeitos a longo prazo? Quem há-de poder saber os efeitos a longo prazo se estamos no curto prazo? Tanto é possível que haja como não haja, que haja efeitos menores como mais graves.

Também não nos vamos pôr a discutir se, porventura, investigadores não desenvolverão amanhã um tratamento mais eficaz do que a vacina. É evidente que seria desejável. Só que isso não resolve o problema de saber se, hoje, existem tais tratamentos ou não.

O partido, como forma organizada da vanguarda, com um programa de libertação da humanidade, não tem por que se pronunciar sobre questões que, no estado actual, são objecto de controvérsia científica legítima.

No nosso país, por razões diversas, a maioria da população tirou a conclusão de que era melhor vacinar-se. Isto não demonstra que ela tenha razão – embora, enquanto tal, seja um facto.

Outro argumento há, enfim, que há que afastar por anti-marxista: que a vacina seja duvidosa por, sendo fonte de lucro para os capitalistas, os capitalistas estarem dispostos a produzir seja o que for para produzir lucros, até coisas sem eficácia, perniciosas. Será preciso recordar a lei do valor e C+V+pl? Uma mercadoria dá lucro na condição de encerrar mais-valia e de essa mais-valia se poder realizar na venda da mercadoria. Uma mercadoria só pode realizar o seu valor no acto da troca se tiver valor de uso. Uma vacina só se pode vender e dar lucro se vacinar com eficácia. Se não, a mercadoria não se venderá, vender-se-á outra que vacine mais eficazmente. Ora, o interesse do capitalista não está nem em fazer uma vacina nem em não a fazer, está em obter lucro. Os lucros da Pfizer, da Moderna, etc., são substanciais, e é intenção deles continuarem a encher-se substancialmente, desde que a mercadoria em questão seja um valor de uso; e, portanto, que a vacine vacine. É, por conseguinte, antimarxista imaginar um esquema em que os capitalistas fabriquem uma vacina que dê tanto mais dinheiro... quanto menos vacinar. É a negação da lei do valor.

Não há mérito para todas estas questões na discussão interna da secção francesa da IVª Internacional. Seja por serem de um foro

científico em que é normal que as polémicas e discussões se sucedam, seja por serem do foro da especulação e das hipóteses sobre o futuro em que não há maneira de conseguir pegar, nem nos compete fazê-lo. Feitos estes lembretes sobre o que, para marxistas, são evidências, que a discussão se desenvolva.

Notar-se-á, por fim, que, numa situação em que há uma quota-parte natural de interrogações (alimentada, no mais, pelo repúdio a Macron), em que há muitas interrogações individuais, nós não vamos discutir, no partido, a posição que cada um individualmente entenda tomar.” ●

(\*) Lyssenko foi um engenheiro agrónomo soviético que, com o apoio de Staline, erigiu uma pseudoteoria científica que rejeitava as leis da genética, condenada como “ciência burguesa”. As nebulosas teorias de Lyssenko – cujos resultados aplicados à agricultura soviética foram desastrosos – foram reconhecidas como “ciência oficial” na URSS em 1948, sendo reprimidos e expulsos os cientistas que não se curvaram ao dogma. Pelo mesmo diapasão, o estalinismo promovera uma “arte oficial”, uma “literatura oficial”, etc.

## A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

### Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

# Notas sobre o *Manifesto de Alarme*

Pelo Movimento Alternativa Socialista (MAS) de Portugal

A terceira conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) reuniu-se em Novembro de 2020 apesar das restrições consequentes da pandemia, adoptando um Manifesto de Alarme que A Internacional publicou no seu número 20, de Novembro de 2020. Apresentou-se o Manifesto à discussão de todos os militantes, organizações, trabalhadores e jovens. Os nossos camaradas do grupo A Internacional, de Portugal, iniciaram a discussão com o Movimento Alternativa Socialista (MAS), organização saída de uma outra tradição que se reivindica da IVª Internacional. Essa organização tem, tal como os militantes do grupo A Internacional e outros militantes operários, uma intervenção política na luta de classes em Portugal pela proibição dos despedimentos. Os responsáveis do MAS fizeram chegar ao CORQI uma contribuição escrita sobre o Manifesto de Alarme. Em encontro entre o MAS, o grupo A Internacional e uma delegação do Colectivo de Animação do CORQI, decidiu-se que a contribuição do MAS seria publicada na revista A Internacional. O próximo número publicará reflexões do Colectivo de Animação do CORQI sobre o presente texto.



## I - Nove importantes acordos

### A época em que vivemos e as tarefas daí decorrentes

**R**elativamente à nossa caracterização da situação política mundial, precisamos ir um pouco atrás no tempo para contextualizar a nossa leitura.

#### Introdução metodológica

Trabalhamos com a grelha de análise que Nahuel Moreno sintetizou: épocas, etapas e situações políticas. As épocas caracterizam-se por serem períodos alargados de tempo que encerram um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma correspondente estrutura de classes e de (uma determinada) relação entre as

classes. As etapas são períodos prolongados de tempo, mas mais curtas que as épocas, em que as características de uma determinada relação de forças entre as classes em luta se mantêm constantes. As situações são períodos mais curtos que as etapas, em geral de 4 a 5 anos, em que as características de uma determinada relação de forças entre as classes em luta se mantêm constantes mas são (ou não) passíveis de alterações bruscas. A análise sob a grelha de épocas, etapas e situações procura trabalhar com os vários elementos contraditórios, estruturais e circunstanciais, que se desenvolvem nas diferentes escalas de tempo e nos diferentes pontos do globo.

Mantemos a caracterização de Moreno, presente na sua obra “*Revoluções do séc. XX*”, de 1984, de que a época que atravessamos e que se iniciou em 1917 “*é a [época] da revolução operária e socialista, porque a guerra (que se converterá num fenómeno permanente) e a miséria das massas (provocada pelo freio ao desenvolvimento das forças produtivas) fazem entrar em acção revolucionária a nova classe progressiva, a classe operária, que faz uma primeira revolução na Rússia em 1917, pondo em acção a classe social que pode cumprir com as grandes tarefas imprescindíveis para que as forças produtivas continuem a avançar: terminar com a proprie-*

## ● DISCUSSÃO

>>> *dade privada e as fronteiras nacionais para poder instaurar uma economia mundial planificada. [...] A partir da revolução russa de 1917 e até o presente estamos, pois, na época da revolução socialista, operária e internacional contra o sistema social e o estado capitalista”.*<sup>(1)</sup>

Parece-nos que esta caracterização é comum entre nós, quando fazem referência ao programa da IV Internacional, de 1938, referindo que “*as condições objectivas da revolução proletária não só estão ‘maduras; começaram mesmo a apodrecer’*”.

Desta caracterização da época que atravessamos, retiramos como tarefas urgentes, tal como vocês, (i) a reconstrução da IV Internacional, (ii) a actualidade do programa histórico da IVª Internacional e (iii) a construção de partidos operários independentes que terá de passar inevitavelmente por um reagrupamento de trabalhadores e militantes com raízes em todas as correntes que têm composto o movimento dos trabalhadores. Estes são os três primeiros e fundamentais acordos que temos com o vosso documento.

### 1990 a 2008: Queda dos Estados Operários da Europa de Leste

No que diz respeito às etapas, a etapa revolucionária que se iniciou em 1945 é encerrada com o conjunto de derrotas imposto pelos Governos Thatcher e Reagan sobre a classe trabalhadora, processo que culminou com o fim dos Estados Operários da Europa de Leste, completamente degenerados, em 1990.

Apesar de tudo, esta derrota não é semelhante à que aconteceu nas décadas de 1920/1930 e que permitiu a ascensão do fascismo e nazismo. Caracterizamos que a queda dos Estados Operários da Europa de Leste foi uma derrota que conseguiu, momentaneamente, impor que a luta de classes passasse a estar confinada aos limites do capitalismo e da



Queda do Muro de Berlim, Novembro de 1989.

democracia burguesa, a nível económico, político e ideológico, com uma forte influência (em muitos aspectos negativa) sobre a consciência das massas trabalhadoras.

Os primeiros anos de 1990 caracterizaram-se pela disseminação, sem freio, das relações de produção, da estrutura social e do Estado capitalista pelos ex-Estados operários. A burguesia estendeu, assim, as relações de produção capitalistas a nível praticamente global, permitindo que a burocracia se mantivesse a dirigir os ex-Estado Operários, agora sob relações de produção capitalistas, transformando-se nas suas novas burguesias nacionais, sob a condição de que estes mantivessem o controlo de possíveis processos de mobilização social.

Daqui não resultou o esmagamento contrarrevolucionário da classe trabalhadora, mas sim um período (1990 – 2008) não-revolucionário que se caracteriza pelo relativo equilíbrio entre as classes.

A deslocação massiva do sistema produtivo dos países imperialistas, a partir da década de 1990, para a Europa de Leste, América do Sul e Ásia, predomi-

nantemente para a China, deu base a uma profunda metamorfose na divisão internacional do trabalho e no sistema produtivo mundial, ao mesmo tempo que acelerou mais um ciclo de sobreprodução capitalista. Este processo representa uma transformação, ainda em desenvolvimento – não acabada – da localização dos próprios centros gravitacionais em torno dos quais a acumulação de capital se desenvolve, contribuindo para romper com o relativo equilíbrio que existia entre as classes até 2008.

É verdade que as potências imperialistas tradicionais não perderam o seu carácter hegemónico, mas entraram num processo de declínio, sendo que aquilo que as vai mantendo é o seu monstruoso acúmulo primitivo de capitais, que se traduz no domínio, ainda sólido, sobre os mercados financeiros mundiais. No entanto, um sistema financeiro não se mantém *ad aeternum* sem um sistema produtivo. É precisamente aqui que reside a origem da decadência capitalista que se alia a mais uma das crises de sobreprodução.



desde 2008, etapa de transição marcada pelo confronto entre elementos revolucionários e contrarrevolucionários



## Desde 2008: etapa de transição marcada pelo confronto entre elementos revolucionários e contrarrevolucionários

A partir de 2008, parece-nos que a etapa política mundial, iniciada em 1990, acaba por sofrer uma alteração qualitativa. Caracterizamos que em 2008 se abriu uma nova etapa que se iniciou com o profundo abalo económico e financeiro mundial, nos EUA, que substitui o período de relativo equilíbrio entre as classes e de relativo crescimento capitalista por um período de declínio. A burguesia tenta resolver a sua crise apropriando-se, ainda mais, dos recursos públicos, administrados pelos aparelhos de Estado, injectando-os na banca, ao mesmo tempo que submete a classe trabalhadora às duras consequências do desemprego e dos programas de empobrecimento. O espaço para reformas é cada vez menor, ganhando peso os conflitos das potências imperialistas entre si, na disputa pela influência e domínio sobre os países dependentes e semi-depen-

desde 2008, etapa de transição marcada pelo confronto entre elementos revolucionários e contrarrevolucionários

dentos, desequilibrando cada vez mais as classes e os Estados. Esta etapa, aberta em 2008, é composta por repentinas oscilações entre diferentes situações políticas nacionais e até continentais. De 2008 a 2014/2015, a crise do capitalismo e da burguesia, assim como os seus planos de empobrecimento sobre a classe trabalhadora, desencadearam (i) importantes ascensos revolucionários do Norte de África e Médio-Oriente que, conjugados com (ii) os ascensos revolucionário da América Latina, dos finais dos anos 1990 e inícios dos anos 2000, influenciaram (iii) uma situação pré-revolucionária na Europa. Estes são os anos em que a classe trabalhadora responde ofensivamente ao empobrecimento. O continuado ascenso do proletariado, desde 2008, colocou em causa o Euro, a legitimidade das dívidas soberanas e os regimes democrático-burgueses no centro do imperialismo.

As superestruturas neoreformistas desenvolvem-se e ganham influência política de massas como reflexo da mobilização da classe trabalhadora (e, simultânea e contraditoriamente com o agravamento da crise de direcção revolucionária). Sem que tenha existido uma vitória de algum processo revolucionário, consideramos que a relação de forças da etapa, iniciada em 2008, não se alterou qualitativamente até aos dias de hoje a favor do proletariado ou da burguesia.

A partir de 2014/2015, dá-se uma oscilação no sentido inverso e a burguesia tenta refrear a iniciativa da classe trabalhadora e alcançar alguma estabilidade política. Os duros planos de austeridade, sem que desapareçam, são obrigados a refrear o seu ímpeto e são combinados com uma injeção massiva de capitais nas economias imperialistas. Os efeitos da crise são amenizados e, conseqüentemente, também a mobilização popular. Estas medidas não resolvem nenhum dos problemas estruturais da crise capitalista, mas permitem à burguesia reconquistar

uma relativa estabilidade económica e política, face à situação política de 2008 a 2014/2015.

A amenização dos efeitos da crise no continente europeu, conjuga-se com (i) o arrefecimento e desvio do ascenso revolucionário no Norte de África e Médio-Oriente; (ii) um certo grau de amadurecimento das experiências com os governos frente-populistas na América Latina; e é (iii) solidificado com a traição do Governo Syriza, na Grécia, em 2015, dianteira da mobilização europeia até então.

Aqui, não podemos avançar sem deixar uma nota sobre o carácter traidor das direcções neoreformistas e estalinistas. As correntes políticas burocráticas e pequeno-burguesas, que supostamente defendem os interesses do proletariado, têm conformado, com a burguesia, uma política aparentemente crítica, mas onde predomina a conciliação. Justificam-no com base na concepção de que a possibilidade de revoluções socialistas vitoriosas pertence ao passado ou a um futuro longínquo, uma vez que, em última instância, dependem dos privilégios que a actual ordem burguesa mundial e as suas instituições lhes proporcionam. Esta caracterização sobre o carácter das direcções reformistas é o quarto importante acordo entre nós.

Desde 2014/2015, a dinâmica da luta de classes passou a ser predominantemente marcada pelo desenvolvimento e reorganização dos sectores mais reaccionários da burguesia, nos principais centros imperialistas (mas não só), que conquistaram influência política de massas e pela bonapartização dos regimes, elemento este que vocês também assinalam no vosso documento e o qual destacamos como o quinto acordo. O trumpismo subiu ao poder nos EUA, em 2016. Na Europa, apenas Malta e Irlanda continuam sem partidos reaccionários nos seus parlamentos.

Ainda assim, não existiu nenhuma vitória contrarrevolucionária da burguesia, pelo que consideramos que a relação de forças da

## ● DISCUSSÃO

>>> etapa, iniciada em 2008, continua sem se alterar qualitativamente.

O ano de 2019 trouxe importantes sublevações e ascensos de massas, desde logo em França, em torno do empobrecimento das classes trabalhadoras e intermédias e contra os privilégios das classes dirigentes, assim como na Catalunha, pela sua independência nacional. Contrariamente a tudo o que poderíamos prever, a situação da América Latina começou a registar igualmente importantes processos revolucionários, em vários dos seus países. Ainda em 2019, o Médio-Oriente e Norte de África assistiram a novas sublevações populares no Egipto, Iraque, Líbano, Argélia e Sudão. Na Ásia, há que destacar a luta do povo de Hong Kong, durante meses, assim como importantes mobilizações e greves na Índia.

No ano de 2019, as tendências monopolistas, bonapartistas e reacionárias da burguesia, assim como o carácter autodestrutivo do capitalismo, fazem despoletar uma resposta, sobretudo, da juventude e sectores oprimidos. Reivindicações democráticas contra a opressão e combate às alterações climáticas que, sem ceder ao identitarismo, os revolucionários têm o dever de potenciar e tentar transformar numa luta pelo socialismo, assumem-se como o sexto e sétimo importantes acordos entre nós.

Caracterizamos que os elementos do ano de 2019 configuraram claramente um novo momento (na América latina então, foi absolutamente claro) que poderá significar uma nova oscilação de situações políticas nacionais ou até continentais, mais favorável à classe trabalhadora.

O ano de 2020 trouxe uma pandemia mundial e colocou a descoberto todas as fragilidades do sistema capitalista, assim como as desigualdades sobre as quais está instalado. A pandemia veio acentuar e dar justificação às tendências bonapartistas dos regimes burgueses, nomeadamente, através dos Estados de Emergência que abrem portas à discricionariedade dos governos,

muitas vezes apoiados pelas próprias populações, amedrontadas com o risco de infecção.

Ainda assim, o ano de 2020 veio reforçar os elementos que se desenvolviam em 2019, sobretudo, através do histórico ascenso da juventude e da população negra contra o racismo estrutural nos EUA que se estendeu a nível internacional e que foi determinante para a derrota eleitoral de Trump, desferindo um duro golpe sobre os sectores burgueses mais reacionários a nível internacional. Se é verdade que o trumpismo não foi derrotado, não é menos verdade que a derrota eleitoral de Trump tem uma grande importância.

Já em 2021, na Colômbia, o povo mobiliza-se massivamente contra as medidas de empobrecimento do governo reacionário de Iván Duque, tendo-o feito recuar. Na Palestina, voltam a surgir novos confrontos contra a opressão colonialista do Estado de Israel, região para a qual destacamos o oitavo acordo de que a solução deve passar por um só Estado laico e democrático (e não racista).

Este conjunto de mobilizações desde 2019 fazem a burguesia imperialista equacionar a melhor alternativa para manter o seu domínio. Apesar do desenvolvimento dos sectores mais reacionários da burguesia, estamos convictos de que, de momento, os sectores reacionários, nacionalistas ou autárquicos da burguesia ainda são minoritários e que os sectores mais favoráveis à globalização mantêm a sua hegemonia. É isso que também representa a derrota eleitoral de Trump.

Em suma, caracterizamos que a etapa iniciada em 2008 ainda se mantém em desenvolvimento e é caracterizada por um processo de transição marcado pelo confronto entre elementos revolucionários e contrarrevolucionários. Os elementos revolucionários podem ser sintetizados na (i) profunda crise do sistema capitalista; na (ii) decadência das potências imperialistas; (iii) na instabilidade das suas burguesias em garantir o equilíbrio entre as classes, e entre os Estados; e (iv) nas respostas massivas da classe trabal-

hadora, em vários momentos e geografias, em busca de alternativas políticas que permitam resolver a crise a seu favor. Estes elementos chocam-se com os elementos contrarrevolucionários contidos na (i) ofensiva da burguesia mais reacionária e (ii) no carácter traidor das direcções reformistas.

O período que atravessamos conjuga a crise da burguesia com a crise da direcção revolucionária da classe trabalhadora e, sem que nenhuma das classes tenha ainda encontrado uma direcção com as condições e a determinação para impor os seus interesses, as situações políticas nacionais e continentais têm sofrido oscilações repentinas. Esta caracterização parece-nos ser o nono importante de acordo entre nós, sobretudo quando assinalam que a barbárie é uma hipótese, mas “*ainda não é um facto consumado*”.

## II- Matizes sobre a avaliação da situação mundial

Apesar dos acordos destacados, na nossa opinião, parece-nos que a vossa caracterização da situação política mundial sofre de um certo desequilíbrio. Identificamos uma sobrevalorização dos elementos revolucionários da situação política mundial, acompanhada de uma subvalorização dos elementos contra restantes.

Este desequilíbrio é visível em vários factores da vossa caracterização. Em primeiro lugar, parece-nos que tendem a absolutizar a crise que o sistema capitalista atravessa e o que isso poderá significar para o processo revolucionário. De acordo com a vossa avaliação, estaremos a atravessar uma situação política mundial diferente, mas com grandes semelhanças à de 1940, já em plena II Guerra Mundial.

Temos sérias dúvidas de que a crise que atravessamos possa ser comparada a uma guerra. O desencadear de uma guerra assinala que a burguesia esgotou todos os seus meios económicos, políticos e diplomáticos. Parece-nos que o nível de barbárie e destruição efectiva de uma guerra é ainda



Manifestação contra a austeridade em Portugal (2013)

incomparável com os efeitos da crise que atravessamos.

Para além disso, convém pesar sempre a forma como as classes e os seus representantes políticos intervêm no processo e a burguesia e seus aliados já demonstraram ter aprendido com o passado, conseguindo manejar vários mecanismos económicos e políticos para ir mantendo o controlo e funcionamento do sistema capitalista: injeções massivas de capitais nas economias, limitadas cedências económicas e democráticas à classe trabalhadora, recurso às frentes populares, etc.

Sobre o papel das classes, notamos outros desequilíbrios. A vossa caracterização dá pouca atenção ao desenvolvimento concreto dos sectores mais reaccionários e contrarrevolucionários da burguesia nos últimos anos, aquilo que comumente se apelidou de extrema-direita. Referem que “para o imperialismo, é o momento de atacar com a barbárie”, mas não concretizam de que forma isto está efectivamente a desenvolver-se.

Por outro lado, mesmo sem ter resolvido a crise que atravessamos desde 2008, os sectores tradicionais da burguesia e seus aliados têm conseguido ir amenizando parte importante dos efeitos da crise, como forma de ir cooptando,

desviando ou derrotando a possível explosividade das massas trabalhadoras.

Outro desequilíbrio que identificamos na vossa análise encontra-se no facto de tratarem a consciência da classe trabalhadora como se estivesse plenamente amadurecida quanto à urgência e necessidade do socialismo e como se a sua acção nos conduzisse à iminência de uma revolução vitoriosa da classe trabalhadora em algum lugar do globo. É, pelo menos, isso que lemos quando referem, por exemplo, que “*para a classe trabalhadora, porém, a perspectiva é completamente diferente: chegou o momento de reconstruir a sociedade numa base nova, a da apropriação dos meios de produção pela grande maioria*”.

A classe trabalhadora e a sua vanguarda, apesar de massivas e radicalizadas mobilizações, em vários pontos do globo, não têm ido além nem do sistema de propriedade privada, nem do regime democrático-burguês. Apesar da radicalidade de muitas das mobilizações, desde o ano de 2019, estas apenas conseguem fazer os seus governos recuar, não chegando sequer a derrubá-los, precisamente devido à crise da direcção revolucionária que não faz elevar os seus objectivos imediatos a objectivos políticos de transformação

profunda da sociedade. Para além de que ainda persistem fortes preconceitos contra o socialismo, alimentados pela degeneração estalinista e pelas classes capitalistas.

Concordamos mais quando referem no vosso documento que a classe trabalhadora “*instintivamente, por vezes confusamente, buscam o caminho para a organização e acção independentes*”. Tal como em todos os períodos históricos, a consciência e maturidade da classe trabalhadora debate-se com um complexo processo, misturando elementos progressivos e regressivos, que não deixa de estar intimamente dependente do desenvolvimento de partidos revolucionários, nacionais e a nível internacional, com intervenção no processo.

E é aqui que notamos um último desequilíbrio ligado à subvalorização que fazem da profunda crise de direcção revolucionária que se arrasta há quase um século. Fazem referência ao programa da IVª Internacional, caracterizando que “*a situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise de direcção do proletariado*”. Referem ainda que “*a natureza objectivamente proletária de muitos processos revolucionários em curso e a consciência que deles têm os seus protagonistas. Esse fosso reflecte até que ponto a crise da humanidade exige, para se resolver, que se resolva a crise de direcção da classe operária*”, mas parecem-nos que esta avaliação tem de avançar desta generalização, pelo que merece ser aprofundada no sentido de concretizar os mecanismos para a solucionar. ●

(1) <https://www.marxists.org/portugues/moreno/1984/mes/revolucoes.htm>.

● HISTÓRIA/TEORIA

# A Comuna de Paris de 1871 História, Significado e Actualidade

Há 150 anos, em 1871, rebentava a revolução em França. Dela nasceu o primeiro governo operário da história. Apagadas da história oficial pelos detentores da ordem burguesa, falsificadas por muitos historiadores da moda, a sua história e lições pertencem à herança do movimento operário mundial e merecem ser conhecidas e estudadas por todos os trabalhadores, jovens e militantes que – como os comunardos quiseram – querem acabar com a guerra e a exploração. A secção francesa da IVª Internacional (Tendência Comunista Internacionalista) organizou uma videoconferência com o tema “A Comuna de Paris de 1871, história, significado e actualidade” no dia 30 de abril de 2021. Dela se publicam aqui duas das exposições. O leitor tirará proveito de usar como referência a cronologia política publicada no número 21 d’A *Internacional*.

## A Teoria Marxista do Estado e as Lições da Comuna

Por Marc Mouhanna

Os escritos de Marx, especialmente *A Guerra Civil em França*, são testemunho da importância que Marx e os marxistas atribuem à Comuna: ela relaciona-se intimamente com a questão do Estado, questão central tanto para a sua teoria como para a luta prática.

**P**or que razão é necessária uma revolução que derube o poder actual para deitar abaixo a exploração capitalista? Por que razão deve a

classe operária tomar o poder político? Não irá ela pôr-se simplesmente no lugar antes ocupado pelos governos actuais? Para tratar destas questões e apreender em que medida a Comuna foi um acontecimento que lhes veio dar respostas novas e concretas, é necessário olhar para a análise marxista do Estado.

O Estado começa por parecer uma coisa algo misteriosa: parece existir acima da sociedade e conferir aos seus chefes o poder de organizá-la. Quem segura as rédeas do Estado dirige a sociedade como um todo.

Visão, porém, idealista, correspondente a uma concepção mágica do poder político, em cujos termos o chefe do Estado dirigiria toda a vida da comunidade. Marx desmontou esta visão mística.

Para o fazer, aplicou ao Estado a análise dialéctica que consiste em mostrar que as realidades que cremos eternas, fixas, são, na realidade, fluidas e provisórias: o Estado não é, com efeito, um dado eterno. Não é o Estado que faz a sociedade, é, pelo contrário, a sociedade que começa por fazer o Estado.

### Um instrumento ao serviço da classe dominante

Não existiu sempre Estado. Num passado recuado, havia aquilo a que Marx e Engels chamaram o comunismo primitivo, sociedades não divididas em classes, pois os homens não conseguiam produzir mais do que o estritamente necessário e que era de imediato

consumido. O desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, nessa altura, não permitia o aparecimento de um sobreproduto. Mais tarde, adquirindo os homens a capacidade de produzir mais, surgiu a possibilidade de acumular bens não imediatamente consumidos. Tais bens, de quantidade demasiado limitada para se poderem redistribuir a toda a sociedade, irão ser apropriados por uma minoria que, assim, se constituía em classe possidente. A emergência de uma classe dominante e das desigualdades põe então a comunidade sob a ameaça de guerra social. Nesse contexto apareceu o Estado, respondendo à necessidade de refrear as oposições de classe: instalado acima das classes, pretendendo encarnar o interesse geral e representar a comunidade como um todo, tomando sobre si o papel do conciliador. Na realidade, sob a máscara do interesse geral, o Estado, instrumento ao serviço da classe dominante, fica votado a assegurar o domínio dessa classe.

O Estado é, assim, produto de uma situação de domínio social que é necessário perpetuar face às aspirações a inverter a situação que as classes oprimidas nutrem. O Estado irá consistir num “bando de homens armados”, numa minoria que exerce “violência organizada”.

O Estado é, pois, tudo menos independente da sociedade. É o efeito de uma transformação das relações sociais, isto é, das relações em cujo âmbito os homens, em conjunto, produzem aquilo que satisfaz as suas necessidades. E, zelando pelos interesses da classe dominante, o Estado tem conteúdo de classe. O Estado antigo, quando a produção assentava essencialmente no escravagismo, é o instrumento dos proprietários de escravos e serve para garantir a manutenção dessa propriedade. O Estado medieval da sociedade feudal é o instrumento de que os senhores nobres se servem para oprimir os camponeses, sujeitos à servidão e à corveia. Quanto ao Estado moderno, ele não representa a realização da igualdade real, a abolição da divisão da sociedade

em classes, mas “o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital”.

O Estado nunca é, assim, agente da mudança, mas sim da estabilidade. Só uma transformação das relações sociais pode conduzir à transformação do Estado, como foi o caso da Revolução Francesa, consequência da importância económica crescente da burguesia na sociedade feudal. Assim, ainda, o fim do capitalismo não poderá ser decretado por um chefe de Estado que, por definição, está ao serviço dos interesses da burguesia e da manutenção do seu domínio económico e social.

Ora, o marxismo afirma o declínio inevitável do capitalismo, que, na sua fase ascendente, fora factor de progresso para a humanidade, mas, depois, entrou em colisão com os seus próprios limites: os limites que lhe são impostos pela lei do lucro. O capitalismo passou, então, ao seu estado de apodrecimento, desenvolvendo forças destrutivas prejudiciais à humanidade (o maquinismo, hoje a economia digital, o dinheiro, o armamento, a droga, a destruição da força de trabalho humana pelo desemprego, o desmantelamento dos direitos sociais, dos serviços públicos, etc.). Daí advém a necessidade de derrubá-lo, o que só a classe que nada tem a perder com a sua abolição, o proletariado, pode fazer.

Marx não considera, contudo, que, como acham os anarquistas, baste abolir o Estado: o Estado não é uma realidade autónoma, é um efeito do domínio económico e não uma causa desse domínio, sem embargo de contribuir para mantê-lo. A abolição do Estado não suprimiria as relações sociais em que assenta a exploração e a opressão de classe. Marx afirma que o proletariado tem vocação para tomar o poder e, mesmo, instaurar a sua ditadura, só assim conseguindo, ao abolir a propriedade privada dos meios de produção e a socialização destes, operar a transformação progressiva da sociedade em sociedade sem classes, sem opressão e sem exploração.

Se não é, porém, possível abolir o Estado, como poderá o proletariado cumprir a sua vocação de transformação social apoderando-se do poder de Estado? O Estado e as instituições actuais são instituições burguesas, ao serviço da burguesia. Não é possível fazê-las servir interesses contrários. Não é o indivíduo que encabeça o Estado que molda as instituições, são as instituições que moldam o indivíduo, que deve adaptar-se à sua função. O capitalismo não é, pois, passível de abolição por reformas operadas no âmbito das instituições burguesas. O mesmo é dizer que bem se pode esperar por uma revolução nas urnas. É preciso uma revolução que derrube o governo actual, mas derrube também as relações de produção existentes.

Ora, afigura-se haver contradição entre fim e meios quando o marxismo sustenta que o proletariado deve apoderar-se do poder político não só para acabar com o capitalismo, mas também para acabar com todas as formas de domínio de classe. Na verdade, o poder político, o poder de Estado, existe unicamente, como se viu, por causa da divisão da sociedade em classes. Como pode o proletariado abolir todas as formas de domínio de classe recorrendo ao instrumento da manutenção do domínio de classe?

### **Tomada do poder e Estado operário: a experiência de 1871**

A esta pergunta, mantida até então em suspenso em Marx, irá a Comuna de Paris de 1871 dar resposta prática. A chave do problema não se acha numa teoria elaborada por Marx, mas no movimento histórico real. Marx irá compreender a Comuna como o “governo da classe operária, resultado da luta entre a classe que produz e a classe que explora, a forma política enfim encontrada graças à qual se chegará à emancipação do trabalho” (*A Guerra Civil em França*).

## ● HISTÓRIA/TEORIA

&gt;&gt;&gt;

Deste modo, “a classe operária não se pode limitar a apoderar-se da máquina do Estado tal qual e pô-la a funcionar em seu proveito”. O caso não é, para ela, pôr-se à cabeça da máquina do Estado que encontra pela frente na sua luta. Pelo contrário, o caso é “romper essa máquina do Estado” e trazer para a própria sociedade o centro de gravidade da sociedade, que até então lhe aparecia de fora dela, acima dela, na forma dessa máquina do Estado. “A constituição comunal entregaria todas as suas forças, absorvidas pelo Estado, um parasita que, como um verme, devora as entranhas da sociedade.”

A classe operária não se pode limitar a romper a máquina do Estado: a sua única hipótese é pôr as suas organizações, as suas instituições, no lugar das da burguesia. O Estado operário já não é, porém, um Estado no pleno sentido do termo. É um Estado contraditório, um Estado que já não se coloca acima da sociedade, que já não actua em proveito de uma minoria de possidentes em oposição à maioria dos explorados.

A forma de organização da Comuna era já, em si mesma, profundamente revolucionária. “A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência. As suas medidas especiais indicam apenas as tendências de um governo do povo e para o povo.” Concretamente, “o primeiro decreto da Comuna suprimiu, logicamente, o exército permanente, substituindo-o pelo povo em armas.” A Comuna “compôs-se de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos vários bairros, responsáveis e revogáveis de imediato.” Os eleitos não podem, deste modo, emancipar-se dos seus eleitores. “A maioria dos seus membros era naturalmente composta por operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna não era nenhum corpo parlamentar, mas sim trabalhador, executivo e legislativo num só”: não um órgão parlamentar que decide lá

de cima e deixa a outros o cuidado de executar. “Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi de imediato privada dos atributos políticos e transformada em instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se aplicava aos funcionários de todos os outros sectores da administração. A começar pelos membros da Comuna e até ao grau mais baixo da escala, a função pública tinha de ser assegurada em troca de um *salário de operário*. Os benefícios costumeiros e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. Os serviços públicos deixaram de ser propriedade privada das criaturas do governo central.”

Substituição do exército permanente pelo povo em armas, funcionários e representantes responsáveis e revogáveis, remunerados com salário de operário, tais eram as medidas essenciais que garantiam as amarras do Estado operário à sociedade. Os homens e mulheres do Estado partilham do destino dos seus administrados e respondem perante eles pelo seu mandato.

### **“Posse dos meios de produção em nome da sociedade”**

Já se vê, o Estado operário, a Comuna como governo da classe operária, é um Estado em deperecimento imediato, votado ao desaparecimento progressivo. Escreve Engels, no *Anti-Dühring*: “O proletariado apodera-se do poder de Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Ao fazê-lo, porém, está a abolir-se a si próprio enquanto proletariado, a abolir todas as diferenças de classe e oposições de classe e igualmente o Estado enquanto Estado. (...) Quando acaba por efectivamente tornar-se representante de toda a sociedade, torna-se supérfluo. Deixando de haver classes sociais a manter na opressão; sendo elim-

inados também, com o domínio de classe e a luta pela existência individual motivada pela anterior anarquia da produção, os choques e excessos que deles resultam, deixa de haver o que reprimir que torne necessário um poder repressivo, um Estado. O primeiro acto pelo qual o Estado aparece realmente como representativo de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, do mesmo passo, o seu último acto próprio enquanto Estado. A intervenção de um poder de Estado nas relações sociais torna-se supérflua em domínio após domínio, adormecendo naturalmente. O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas e à direcção das operações de produção. o Estado não é “abolido”, extingue-se.”

É evidente que o proletariado não vai substituir de uma vez só a máquina do Estado burguês pelo Estado operário. A organização do proletariado não surge de uma só vez logo que o Estado burguês é derrubado. As suas formas de organização começam, pelo contrário, a constituir-se muito antes desse derrube, na própria luta que se trava dentro da sociedade capitalista que se propõe suprimir. Durante a Revolução Francesa, a burguesia, ao apoderar-se da máquina do Estado, mais não fazia do que pôr o corolário político ao seu domínio económico crescente – o domínio do capital, havendo o poder económico preparado a conquista política. O proletariado, porém, não detém nenhuma forma de propriedade própria que lhe permita dominar o resto da sociedade: a sua única propriedade é a sua força de trabalho, propriedade que é comum a todos os homens. A sua riqueza não consiste, pois, em nada mais do que a sua organização: em sindicatos, partidos, comités de fábrica, comités de greve e, por fim, conselhos operários (“soviets”), forma enfim encontrada da ditadura do proletariado na Rússia, primeiro em 1905, emergindo no curso da luta contra a autocracia, depois, pela segunda vez, em 1917, instau-

rando um duplo poder face ao governo provisório burguês.

Em 23 de Novembro de 1871, Karl Marx escreveu: “*O movimento político da classe operária tem como objectivo natural a conquista do poder político para si. Escusado é dizer que, para o conseguir, será necessária uma organização prévia, suficientemente*

*desenvolvida, da classe operária, organização surgida das próprias lutas económicas dos operários. Além disso, todo o movimento pelo qual a classe operária se opõe, enquanto classe, às classes dominantes, e se esforça por sobre elas exercer uma pressão exterior, é um movimento político. (...) Onde o proletariado não esteja suficien-*

*temente organizado para tentar uma campanha contra o poder político da classe dominante, ele precisa de ser educado para esse fim através de uma agitação incessante contra a atitude política hostil das classes dominantes. Sem isso, o proletariado continuará a ser um brinquedo nas mãos dessas classes.”* ●

## A obra emancipadora da Comuna

Por Christel Keiser

Estamos celebrando a actualidade, repito, a actualidade, de uma autêntica revolução operária. Dela afirmará Lenine, em 1911: “*A causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da total emancipação política e económica dos trabalhadores, a causa do proletariado mundial. Nesse sentido, ela é imortal.*” A Comuna, efectivamente, não morreu.

**E**m 1871, na obra já citada, Marx explica que os proletários da capital compreenderam que era chegada a hora de salvar a situação, tomando nas suas mãos a direcção do negócio público. “*O proletariado, diz ele, compreendeu que era seu imperioso dever [...] assegurar o triunfo do seu próprio destino, apoderando-se do poder.*”

Prossegue Marx: “*A Comuna realizou a palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, o governo barato, ao abolir as duas grandes fontes de despesa que são o*

*exército e o funcionalismo de Estado [...]*”

### Simple operários ousaram pela primeira vez tomar o poder

Mas a Comuna não se contentou em ser um governo barato. Marx explica: “*A Comuna dava à República a base de instituições realmente democráticas. No entanto, nem o governo barato nem a verdadeira república eram o seu fim último; ambos foram seu resultado secundário e natural [...]. O seu verdadeiro segredo é este: era essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta de classe dos produtores contra a classe dos apropriadores, a forma enfim encontrada que permitia realizar a emancipação económica dos trabalhadores [...]*”

O fim não era, assim, nem o governo barato nem a verdadeira república, era a tomada do poder pela classe operária. Simple operários ousaram pela primeira vez tomar o poder e levar a cabo medidas democráticas e sociais excepcionais. Foi a primeira revolução em que a classe operária se impôs como a única com capacidade para decidir tais medidas.

E a Comuna empreendeu a expropriação dos expropriadores, se bem que não tivesse tempo para perfazê-la. O seu objectivo era

transformar os meios de produção em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Escrevem a esse propósito o sindicato dos mecânicos e a associação metalúrgica, no dia 25 de Abril de 1871: “*Considerando [...] que a luta [...] tem a finalidade da nossa emancipação económica; que tal resultado só pode ser conseguido pela associação dos trabalhadores, a única que há-de transformar a nossa condição de assalariados na de associados. Declaramos dar aos nossos delegados as seguintes instruções gerais: Suprimir a exploração do homem pelo homem, última forma de escravatura; organizar o trabalho em associações solidárias de capital colectivo e inalienável.*”

Engels escreveu, vinte anos mais tarde: “*Olhem para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.*” Ditadura com o objectivo de deitar abaixo o poder da burguesia, “*romper o poder do Estado moderno*”, como diz Marx, instaurando um governo do povo para o povo.

Quarenta anos mais tarde, em 1911, Lenine fala de um acontecimento sem precedentes na história, no qual o povo se tornou senhor da situação e o poder passou para as mãos do proletariado.

E, sublinhando o carácter “*autenticamente democrático e proletário*” do governo da Comuna, Lenine vinca o conteúdo das medidas tomadas por esse governo.

## ● HISTÓRIA/TEORIA

### >>> O lugar das mulheres na Comuna

Detenhamo-nos um momento nessas medidas.

Eu começaria por aquelas que mais directamente dizem respeito à mulheres. Primeiro porque a irrupção destas no processo revolucionário tem considerável magnitude, que não marcara da mesma maneira, por exemplo, a grande revolução de 1789-1793.

Depois, porque esta irrupção coloca desde logo à Comuna de Paris a consideração de uma aspiração democrática fundamental, a saber, a da igualdade entre mulheres e homens – que se realizará parcialmente – que é inseparável da luta pela emancipação social, portanto do combate contra a dupla opressão das mulheres e contra a exploração capitalista.

Em 11 de Abril, com a impulsão de Élisabeth Dmitrieff, jovem militante russa, representante em Paris do Conselho Geral da Internacional, cria-se a União das Mulheres pela Defesa de Paris e pelo Socorro aos Feridos.

Na mesma noite, redige-se um apelo ao conselho da comuna, pedindo-lhe que *“tenha em conta as justas reclamações de toda a população, sem distinção de sexo, distinção essa criada e mantida pela necessidade de antagonismo em que assentam os privilégios das classes que governam.”*

A União das Mulheres reclama o direito ao trabalho e à igualdade salarial (que será instituída, pelo menos, entre professores e professoras primários). Participa no recenseamento das oficinas abandonadas pelos patrões.

Élisabeth Dmitrieff refere: *“Estas cidadãs, estas mães carecem de trabalho e recursos. A assistência propriamente dita apresenta perigos de outra índole: tende a cultivar o ócio e a aviltar os caracteres [...]. A finalidade da Comuna seria conseguida se se criassem oficinas especiais para o trabalho das mulheres e balcões especiais de venda para escoar os produtos fabricados.”*

Organizam-se, assim, oficinas para o trabalho das mulheres, nomeadamente nos sectores da confecção e do têxtil.

### ***“Considerando que, na ordem social do passado, o trabalho da mulher é o mais explorado”***

No dia 4 de Maio, a União das Mulheres dirige-se à comissão do trabalho, pedindo a constituição de associações produtivas livres, cuja finalidade seria (cito): *“Reorganizar as oficinas, diminuir as horas de trabalho, aniquilar toda a concorrência entre trabalhadores dos dois sexos, já que os seus interesses são absolutamente idênticos e o seu solidário entendimento, necessário, para que a greve definitiva e universal do trabalho contra o capital seja bem sucedida [...]. Considerando que, na ordem social do passado, o trabalho da mulher é o mais explorado, a reorganização do trabalho feminino tem, pois, toda a urgência.”*

No dia 18 de Maio, o comité central da União das Mulheres convida todas as operárias a reunirem-se nesse dia para designarem delegados de cada corporação às câmaras sindicais, que enviarão, por sua vez, dois delegados cada uma à câmara federal das trabalhadoras. Não é tudo, porém! Conforme conta Louise Michel, *“queríamos tudo de uma vez [...]. Tínhamos pressa de escapar do velho mundo.”*

Além do direito ao trabalho, a Comuna:

- suspende a venda de objectos depositados em montepios e decide a restituição dos objectos de valor inferior a 25 francos.

- anula as dívidas por rendas. Um esclarecimento nesta matéria: em 10 de Março de 1871, a uma semana da Comuna, Thiers revogara a moratória das rendas instituída desde Setembro de 1870. Ao fim de 9 meses de guerra e cerco da

capital, no início de Abril, os inquilinos parisienses tinham que pagar nove meses de rendas em atraso, sob pena de serem despejados. Logo a 29 de Março, a Comuna decreta a exoneração dos três vencimentos de Outubro, Janeiro e Abril, portanto 9 meses de renda, incluindo por quartos mobilados, prorrogando os arrendamentos por três meses. Tudo o que estivesse pago era imputável aos vencimentos futuros.

- requisita os alojamentos devolutos em benefício dos sinistrados dos bombardeamentos versalheses.

- cria orfanatos.

- cria cantinas municipais e creches.

- institui a instrução pública e o direito à instrução das meninas; e instaura a gratuidade do material escolar (cito uma portaria da câmara do IIIº bairro de Paris de 29 de Abril de 1871: *“Informamos os pais dos alunos que frequentam as nossas escolas que, de futuro, todo o material escolar necessário à instrução será dado gratuitamente pelos professores primários, que os receberão da câmara municipal. “Os professores primários não poderão, seja a que pretexto for, reclamar o pagamento de material escolar.”*) No dia 21 de Maio, forma-se uma comissão exclusivamente composta por mulheres para reflectir sobre a instrução das meninas.

- institui o casamento livre por mútuo consentimento (com idade mínima de 16 anos para as mulheres e 18 anos para os homens).

- reconhece a união livre (paga uma pensão às viúvas dos federados, casadas ou não, bem como aos respectivos filhos, legítimos ou não).

- institui o direito ao divórcio.

### **Em poucas semanas, uma revolução completa em todos os domínios**

Perguntam-nos por que razão se não concedeu às mulheres o direito de voto. Não encontrei resposta



exacta a esta questão. Existiriam reservas? Porventura a Comuna não terá tido tempo? Uma coisa é certa: se não tivesse sido esmagada, a Comuna teria, atendendo ao lugar ocupado pelas mulheres, instaurado a igualdade, inclusive no terreno do direito de voto.

Estas medidas animaram as mulheres a tomar iniciativas em todos os domínios. Por exemplo, quando um grupo anónimo de mulheres apela à generosidade de Versalhes, pedindo a paz a qualquer custo, elas insurgem-se. Vou citar o protesto expresso numa declaração da União das Mulheres de 8 de Maio de 1871: *“Conciliação entre liberdade e despotismo, entre o povo e os seus carrascos! Não, isso não é paz, guerra a fundo é o que as trabalhadoras de Paris vêm reclamar! Hoje, a conciliação seria a traição!... Seria renegar todas as aspirações operárias que aclamam a renovação social absoluta, a aniquilação de todas as relações jurídicas e sociais actualmente existentes, a abolição de todos os privilégios, de todas as explorações, a substituição do reino do capital pelo reino do trabalho, numa palavra, a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores!...”*

Prosseguia a União das Mulheres: *“Todas unidas e resolutas, crescidas e esclarecidas pelos sofrimentos que as crises sociais sempre arrastam atrás delas, profundamente convencidas de que a Comuna, representante dos princípios internacionais e revolucionários dos povos, é portadora do germe da revolução social, as mulheres de Paris provarão à França e ao mundo que também elas saberão, no momento do perigo supremo – nas barricadas e baluartes de Paris, se a reacção forçar as portas – dar, com os seus irmãos, o seu sangue e a sua vida pela defesa e pelo triunfo da Comuna, ou seja, do povo!”* E, como veremos, elas terão vasta participação na defesa das barricadas.

Todas estas medidas, que mel-

horam consideravelmente a situação das mulheres a todos os níveis, são tomadas no âmbito de um conjunto de medidas progressistas que interessam todos os operários. As agências de colocação de mão-de-obra, empresas privadas florescentes que actuavam como “negreiros”, são substituídas por serviços municipais. O trabalho nocturno nas padarias fica proibido. Constitui-se uma comissão de inquérito para recensear as oficinas abandonadas e repor a produção em marcha, a cargo de sociedades cooperativas operárias. Ficam proibidas as multas patronais e as retenções de salário.

### Uma ruptura que só podia ser imposta por um governo operário

Em matéria de instrução pública, a Comuna de Paris realiza avanços enormes. A 2 de Abril, os delegados da sociedade *L'Éducation nouvelle* (A Nova Educação) escrevem: *“Considerando a necessidade que existe, com a República, de preparar a juventude para o governo de si própria através de uma educação que está ainda, toda ela, por criar; considerando que a questão da educação [...] é a mãe de todas as questões, que incendeia e domina todas as questões políticas e sociais e que, sem se lhe dar solução, nunca se farão reformas sérias e duradouras; os abaixo-assinados, delegados da sociedade L'Éducation nouvelle, reclamam [...]: que a instrução religiosa ou dogmática seja inteiramente deixada à iniciativa e livre direcção das famílias, e que seja imediata e radicalmente suprimida, para ambos os sexos, em todas as escolas, em todos os estabelecimentos cujas despesas sejam pagas pelos impostos”*.

O ensino torna-se laico. Assim, a delegação do ensino diz o seguinte no dia 12 de Maio: *“Pede-se às municipalidades que dêem as ordens necessárias para que as instalações destinadas ao ensino*

*comunal sejam no mais breve prazo devolvidas à sua finalidade. Convidam-se, pois, a mandarem retirar desses estabelecimentos o material e deles afastar todo o pessoal estranho ao estabelecimento. O ensino religioso desaparecerá em breve das escolas de Paris. Contudo, em muitas escolas, permanece ainda, na forma de crucifixos, nossas senhoras e outro símbolos, a lembrança desse ensino. Os mestres e mestras devem fazer desaparecer tais objectos, cuja presença ofende a liberdade de consciência.”*

A 2 de Abril, a Comuna decreta a separação da Igreja e do Estado, a abolição do orçamento dos cultos e a secularização dos bens das congregações religiosas.

Para acabar, no que diz respeito à criação artística, o pintor Gustave Courbet publica, a 6 de Abril, um apelo aos artistas, encorajando-os a participar nas reuniões políticas. A primeira reunião realiza-se no anfiteatro da escola de medicina, no dia 14 de Abril, com quase 400 assistentes, lendo Eugène Pottier (o autor da letra da Internacional) o manifesto da Federação dos Artistas de Paris perante uma assembleia de artistas e artesãos parisienses. O manifesto conclui-se assim: *“O comité concorrerá para a nossa regeneração, para a inauguração do luxo comunal e dos esplendores do futuro e para a República universal.”*

A federação deixa ao cuidado dos artistas a gestão dos seus próprios assuntos, fora de toda a tutela administrativa ou estatal.

A Comuna de Paris foi uma verdadeira revolução. Como se vê, em todos os domínios se impôs uma ruptura, no plano das medidas democráticas como no das medidas sociais. E essa ruptura só podia ser imposta por um governo operário, que é o governo mais democrático que pode existir. Assim, para nós que nos batemos pelo governo operário, a Comuna, decididamente, não morreu. ●

## Falecimento

### México Homenagem ao nosso camarada Misael Palma López

**É** com grande tristeza que, nesta quinta-feira, 9 de Setembro de 2021, acabamos de saber do falecimento do nosso camarada Misael Palma López, dirigente operário histórico no sector do ensino no Estado de Chiapas e militante da IVª Internacional e da sua secção mexicana há décadas.

Como vários milhões de trabalhadores pelo mundo fora, Misael foi atingido pelo Covid. Internado há dias nos cuidados intensivos, bateu-se com todas as suas forças e até ao fim, como se bateu toda a sua vida, contra a doença, até que esta acabou por deitá-lo abaixo.

Como todos nós, ele estava convencido de que a devastação criada por esta pandemia fora consideravelmente agravada pela destruidora política do imperialismo, que há décadas saqueia metodicamente os sistemas públicos de saúde, a investigação científica fundamental e os sistemas de protecção social conquistados pelos trabalhadores em cada país.

Com o falecimento de Misael, a IVª Internacional e a secção mexicana perdem um dirigente operário, um “homem das massas” conhecido, reconhecido e respeitado no movimento operário, em Chiapas e em toda a nação mexicana. “Histórico” não é palavra demasiado forte, pois há milhares de professores que se lembram do papel que ele desempenhou no pertinaz movimento de greve em que ele, a partir da 7ª secção do SNTE, conseguiu ajudar a impor a democracia sindical, combatendo contra os representantes das direcções *charras*. Combatente da luta de classes, ele esteve em todas as lutas sindicais, mas também populares. Militantes operários do mundo inteiro tiveram oportunidade de se cruzar com ele em numerosas conferências e iniciativas operárias internacionalistas, entre as quais o tribunal internacional contra o trabalho das crianças, em 1993, no distrito federal do México.

Reconhecido no movimento operário, inclusive pelos adversários, era-o igualmente pelos seus camaradas da IVª Internacional.



Misael Palma López toma a palavra numa concentração em Julho de 2010, antes de ser preso, como tantas vezes foi.

Assim, depois da crise de 2015, quando os principais dirigentes da OST (Organização Socialista dos Trabalhadores, na altura secção mexicana da IVª Internacional – NdR) capitularam ao grupo revisionista e liquidacionista, Misael lançou-se na batalha com todas as suas forças. Não foi por acaso que a totalidade dos militantes trotskistas do Estado de Chiapas – menos um – fizeram bloco para defender o programa da IVª Internacional e, com um punhado de jovens camaradas do Norte do país, constituíram o comité do CORQI no México, depois Liga Comunista Internacionalista, para cuja direcção ele foi eleito com toda a naturalidade.

Misael tinha um apego profundo à resolução da crise da direcção revolucionária do proletariado. Até à sua hospitalização, tomou parte activa nos esforços da LCI para firmar laços com os militantes de todas as tendências das organizações operárias, camponesas e populares, no propósito de, com eles, dar um passo em frente para a construção comum de um movimento por um autêntico partido operário independente. Compreendia, como o escreveu recentemente no jornal *Transición*, da LCI, que, na crise profunda que o movimento operário experimenta, no México como à escala internacional, isso representava uma transição a caminho da constituição do partido revolucionário.

A IVª Internacional orgulha-se

de ter tido Misael entre os seus.

Ao saudarmos a memória do camarada Misael, endereçamos à família e próximos as nossas mais sinceras condolências, o nosso apoio a e a nossa simpatia.

A todos os camaradas da LCI, do Norte ao Sul do México, o nosso apoio fraterno e o nosso empenhamento sem falhas em prosseguir o combate que foi o de toda a sua vida: a construção da IVª Internacional e da sua secção mexicana.

Camarada Misael, presente!

Alan Benjamin, *Socialist Organizer* (Estados Unidos)

Daniel Gluckstein, TCI do POID, secção francesa da IVª Internacional

Dominique Ferré, TCI do POID, secção francesa da IVª Internacional

Em nome do Colectivo de Animação do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

#### “Um revolucionário infatigável” (tirado de *Chiapas Observa*)

“Professor reformado, trotskista e ideólogo bolchevique. Revolucionário infatigável, militante do movimento operário e sindical (...) dirigente histórico de Hechelchacán, de origem maia”, escreveu o jornal *Chiapas Observa* (9 de Setembro). Pascal Yuing recorda: “Era 1998, o meu último semestre como estudante na Escola Normal de Chiapas. No adro da escola, alguém fala-me: ‘Chamo-me Misael Palma, membro da Organização Socialista dos Trabalhadores, secção mexicana da IVª Internacional. Sou professor de espanhol, membro do órgão executivo estadual do Conselho Central de Luta das Escolas Secundárias Técnicas’. ‘Muito prazer, professor’, respondi-lhe. ‘Estamos fazendo brigadas na ENS para reforçar o Sindicato Democrático dos Professores’, continuou Palma, como me habituei a chamá-lo, com simpatia. Pela primeira vez na vida, soube que existia um Partido Operário mundial que lutava pela revolução, para melhorar as condições dos trabalhadores de todo o mundo e contra os organismos financeiros internacionais.”

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

